

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 193

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 061/2001

Curitiba, 03 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso II, da carta estadual, encaminhar a Vossa Excelência, para

ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná).

As alterações que se pretende adotar no corpo do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, decorrem da necessidade de melhores definições legais pertinentes às causas interruptivas ou suspensivas da prescrição de que cuida seu artigo 301.

Com a medida, as faltas praticadas por servidores estaduais, sujeitas às penas de demissão, destituição de função, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, passam a prescrever em cinco anos ao invés de quatro anos, como atualmente vigente, e as causas interruptivas passarão, suprimindo omissões, a serem definidas na lei estadual. Ressalte-se que no regime jurídico do funcionalismo federal (Lei nº 8.112/90 - artigo 142) há previsão legal de causas de interrupção de prazos prescricionais.

Vale, ainda, destacar que a proposição ora formulada foi analisada pela Secretaria de Estado do Governo, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e pela Procuradoria Geral do Estado, cujos pronunciamentos foram unânimes no sentido da necessidade e oportunidade de que a medida em referência venha a ser adotada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O inciso II, do artigo 301, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - em cinco anos, a falta sujeita:

a) a pena de demissão ou destituição de função;

b) a cassação da aposentadoria ou disponibilidade.”

Art. 2º - O Parágrafo Único, do artigo 301, da Lei nº 6.174/70, fica substituído pelos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“ § 1º - Interrompem-se os prazos prescricionais previstos no caput e incisos I e II deste artigo:

a) pela instauração de Sindicância;

b) pela instauração de processo administrativo;

c) pela interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo;

d) pela decisão final proferida no processo administrativo;

e) pela interposição de pedido de revisão da decisão proferida no processo administrativo;

f) pela decisão final proferida no pedido de revisão de que trata a letra anterior;

g) pela propositura de ação na esfera jurisdicional, que tenha por pretensão a anulação ou revisão do ato administrativo que aplicou a sanção ao servidor.

§ 2º - Fica suspenso o curso do prazo prescricional enquanto não sobreviver decisão judicial transitada em julgado no processo ao qual se refere a letra "g", do § 1º.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 9198/2001, da senhora Carmen Lúcia Miranda Silveira - coordenadora geral de convênio / CGCON, encaminhando ordem bancária referente a convênio entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná, no valor de R\$206.269,21, para atender o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/396/01, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº 378/2001: Do Poder Executivo que, dispõe que o município de Saudade do Iguaçu fica transferido da jurisdição da 20ª Região Administrativa para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco, o qual convertido em lei tomou o nº 13.333. **Anote-se - Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência, para a tramitação do Projeto de Lei nº 560/2001, de minha autoria e que dispõe sobre a autorização para construção da pequena central hidrelétrica (PCH) de Salto Natal no município de Campo Mourão - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 4269

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das sessões, em 11.12.2001

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4292

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 002/2001, item 01, por uma (01) sessão.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMAR TRAIANO

DURVAL AMARAL

WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 4268

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4291

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação do Plenário em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei de sua autoria, constantes na relação anexa, bem como os Projeto de Lei nºs 289/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme, 087/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab, 636/2001, do deputado Algaci Tulio, 593/2001 e 594/2001 do Deputado Valdir Rossoni.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Tureck, Miltinho Pupprio, Duílio Genari, Tony Garcia, Divanir Braz Palma, Elio Rusch, Thiago de Amorin Novaes, Carlos Simões, Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia, Moyses Leônidas, Ricardo Maia, Ademar Traiano, Edno Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Luiz Fernandes da Silva Litro e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 127, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei 600/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL.

REQUERIMENTO Nº 4297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário destaque para votação do substitutivo geral da Comissão de Agricultura ao Projeto de Lei nº 036/2001, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2001

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 4276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja marcada a Sessão Ordinária do dia 13 próximo para as 9:00 horas.

Sala das Sessões, em 11.12.2001

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 4295

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Anésio Pavan, prefeito municipal de Santa Fé, ocorrido no dia 08 próximo passado, em decorrência de problemas cardíacos.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 4270

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Dr. Milton Riquelme de Macedo, alusivos à sua posse como corregedor-geral do Ministério Público, que ocorrerá no próximo dia 17 de dezembro.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4271

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação às Lojas Silva, alusivos à inauguração das novas instalações, que ocorreu no último dia 03 de dezembro.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4272

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão

de hoje, voto de congratulação à Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, alusivos a posse do novo Conselho Diretor e dos novos membros, que ocorreu no último dia 03 de dezembro.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE, alusivos à comemoração dos 40 anos do Banco, que ocorreu no último dia 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 4279

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, ao ex-prefeito, senhor Lauro Rohde e ao atual prefeito senhor Elpídio Holzbach, pela edificação do belíssimo prédio que abriga a Prefeitura Municipal do progressista município de Entre Rios do Oeste.

A sua inauguração levada a efeito no último dia 07, com a participação maciça do povo entre-riense, é a prova concreta de que essa obra era uma aspiração daquela comunidade.

A recente inauguração do novo Paço Municipal é mais uma dessas obras de grande relevância comunitária, por ser exatamente, de extraordinário interesse coletivo.

A sua beleza arquitetônica e a sua funcionalidade, inclusive, foi um dos referenciais dos mais comentados e elogiados por aquela população, mostrando, com clareza, o quanto foi bem-vinda a referida obra, objeto do presente requerimento.

Com a proposição ora em apreço, pretendemos, através das autoridades citadas, também homenagear todo o povo de Entre Rios do Oeste, que participa ativamente e colabora com o progresso e o desenvolvimento do município.

É gratificante para este parlamentar subscrevente, presenciar e ver um povo todo acreditando no futuro e na prosperidade do lugar em que vive.

Louvamos, por conseguinte, a iniciativa dos prefeitos Lauro Rohde e Elpídio Holzbach em edificar tão importante obra, requerendo que do presente seja dado ciência aos mesmos, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal local.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4284

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da presente Sessão, votos de congratulações e profícua gestão para a nova diretoria do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, e dos novos Conselhos Regionais e federal que assumem para a gestão 2002/2003.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Ortigueira - PR, alusivo aos seus 49 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4293

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Maringá - Sivamar, pela posse da nova diretoria eleita.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 4294

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Núcleo Social Papa João XXIII pelo recebimento do Título do Mérito Comunitário, concedido pela Câmara de Vereadores de Maringá em justa homenagem ao brilhante trabalho voluntário desenvolvido.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 4281

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de louvor aos engenheiros, arquitetos e agrimensores, no dia de sua profissão, que deverá ser dirigido ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná, ao Ins-

tituto de Engenharia do Paraná e ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O dia 11 de dezembro é o dia da profissão do engenheiro, do arquiteto e ao agrimensor, que prestam relevantes e inestimáveis serviços à comunidade paranaense e brasileira.

Então, nada mais justo do que um voto de louvor aos profissionais dessa área.

Solicita ainda, que se dê ciência através de correspondência ao CREA através do presidente senhor engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossafa, endereço Rua Dr. Zamenhof, 35 - Bairro Alto da XV - Curitiba / PR, CEP 80030-320, ao Instituto de Engenharia do Paraná através do presidente engenheiro Gilberto Piva, endereço Rua Emiliano Perneta, 174 - Centro - Curitiba / PR, CEP 80010-050 e ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, através do presidente senhor Carlos Roberto Bittencourt, endereço Rua Marechal Deodoro, 221 - 7º andar - Curitiba / PR, CEP 80019-320.

REQUERIMENTO Nº 4280

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na forma do regimento interno e ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário da Segurança Pública, solicitando-lhe providenciar a aquisição de helicópteros à Polícia Militar do Estado do Paraná, para auxiliá-la na prevenção e repressão da criminalidade, cumpridas as formalidades legais.

Sala das Sessões, em 10.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A revista "Avião Revue" do mês de novembro de 2001, página 16, noticiou que a:

"A polícia Militar do Estado de São Paulo já tem em operação os 12 helicópteros Esquilo previstos no programa de patrulhamento e salvamento aéreo. Trata-se de seis aeronaves do modelo AS 350 BA e outras seis da versão AS 350 BA, todas fornecidas pela Helibrás. O serviço já soma 35,8 mil horas de voo e 65,5 mil missões."

Os helicópteros tem auxiliado sobremaneira a área de segurança pública no Estado de São Paulo, prestando grandes e relevantes serviços no âmbito da prevenção e repressão da criminalidade.

O jornal "O Estado do Paraná" de 8 de novembro de 2001, página 8, por sua vez, noticiou o seguinte em relação ao Estado do Paraná:

"Asa Quebrada - dentro do quartel da Polícia Militar, alguns oficiais estão se perguntando quais são os interesses do comando da corporação ao estabelecer um acordo com a empresa Helisul Transporte Aéreo. A empresa cedeu por sete dias um helicóptero para a Polícia Militar criar um suplemento aéreo. No entanto, o Palácio

já avisou que não tem dinheiro para pagar uma futura locação. Cada hora de vôo custa R\$ 2,8 mil.”

A manutenção dessa situação revelada pelo prestigioso jornal paranaense absolutamente não tem qualquer fundamento nem o mínimo sentido.

Então, o presente requerimento é para respeitosamente solicitar providências ao secretário da Segurança Pública para a aquisição de helicópteros à Polícia Militar do Estado do Paraná, cumpridas as formalidades legais.

O Estado do Paraná tem recebido recursos da União Federal resultantes do Programa de Segurança Pública que lhe dão condições de adquirir os helicópteros.

São equipamentos eficazes na prevenção e repressão da criminalidade, que tem aumentado sensivelmente nos centros urbanos e regiões metropolitanas do Estado, sem resposta do aparelho policial.

REQUERIMENTO Nº 4262

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao coronel QOPM Silvio José Mazallotti de Araújo, por sua investidura como comandante do policiamento da capital.

Ao comandante da gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná, coronel AOPM Gilberto Foltran, nossos agradecimentos pelo convite para passagem de comando formulado a este parlamentar.

Sala das Sessões, 11.12.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4263

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, doutor Ramiro Wahrhaftig solicitando que seja fornecida a este parlamentar, em regime de urgência, informações sobre a UEM - Universidade Estadual de Maringá, conforme abaixo:

1 - Quantos e quais os convênios assinados para a elaboração de projetos, valores e a destinação dos recursos, inclusive os convênios oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, durante o ano de 2001;

2 - Quantas ações trabalhistas, de ex-funcionários daquela universidade, estão tramitando no Ministério do Trabalho de Maringá e seus respectivos valores.

Sala das Sessões, em 11.12.2001

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4282

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da senhora Sônia Guimarães Schafhauser, residente à rua Antonio Meirelles Sobrinho nº 730 - bairro Cajuru, que pede providências quanto aos reparos no calçamento da rua em que reside, em frente ao nº 230 - bairro Cajuru. Foram efetuados reparos no calçamento após as obras de esgoto, porém o mesmo afundou e necessita de reparos novamente. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo 267-6228.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4288

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam solicitadas a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, as providências urgentes para a sinalização horizontal (pintura de faixas) na PR-160, no trecho entre Cornélio Procópio e Congonhinhas.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) HERMAS FONSECA FILHO

JUSTIFICATIVA:

Inúmeros usuários (agricultores, estudantes, etc) que trafegam diariamente na rodovia alegam que, no período noturno, a ausência dessa sinalização dificulta e torna mais perigoso o tráfego.

Ressalte-se que em vários pontos da rodovia ocorre neblina em diversos períodos do ano.

REQUERIMENTO Nº 4286

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, requerem envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando o que segue:

01 - Qual o montante de recursos do Programa Paraná 12 Meses, investidos nas Vilas Rurais?

02 - No pedido de informações de que trata o item 01, deverá constar o sub-programa e a descrição dos locais (vilas rurais), onde houve aporte de recursos.

03 - Para a compra de terrenos destinados à implantação das Vilas Rurais, foram utilizados recursos do Programa Paraná 12 Meses?

04 - Quando começaram os investimentos do Programa Paraná 12 Meses, para a implementação das Vilas Rurais?

05 - Há previsão de novos investimentos no citado programa?

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(aa) NEREU MOURA
AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoioamento:

Eli Ghellere, Antonio Anibelli e Ademir Bier.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 697/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) NELSON TURECK.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede na comunidade do Barro Preto, rodovia Vassílio Boiko, km 01, no município de Roncador - PR, com sede e foro na Comarca de Campo Mourão - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembleias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município.

PROJETO DE LEI Nº 698/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Vila Rural Nossa Senhora Apa-

recida, sede no município de Farol e foro na Comarca de Campo Mourão - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Vila Rural Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Farol, é uma associação de caráter comunitário, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, com personalidade jurídica de direito privado, organizada para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores pertencentes à Vila Nossa Senhora Aparecida.

PROJETO DE LEI Nº 699/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária Dois Vizinhos de Produtores Rurais, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Dois Vizinhos de Produtores Rurais, com sede na localidade de Cancão, estrada Roncador a Mato Rio Km 03, no município de Roncador - PR., com sede e foro na Comarca de Campo Mourão - PR., é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembleias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 700/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Aterrado Alto - ACATER, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Aterrado Alto - ACATER, com sede na localidade de Aterrado Alto Km. 12, no município de Roncador - Paraná, com sede e foro na comarca de Campo Mourão - Paraná, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 701/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O café torrado e moído a ser licitado pelas repartições públicas do Estado do Paraná, deve obedecer as seguintes exigências mínimas de qualidade do produto:

- I) café 100% arábica;
- II) bebida dura com uma xícara riada;
- III) tipo 06 (seis) para melhor;
- IV) sem descrição de peneira;
- V) torra média.

Art. 2º - Para a habilitação de empresas em licitações públicas do café torrado e moído torna-se obrigató-

ria a apresentação de amostras de 02 (dois) kg de café torrado em grãos; amostras de 02 (dois) kg de café torrado e moído; e amostras de 02 (dois) kg de café cru, todas correspondendo ao mesmo café. A licitação será aprovada mediante laudo técnico do IAPAR com a fiscalização da EMATER e da APAC (Associação Paranaense de Cafeicultores).

Art. 3º - A empresa que porventura não entregar o produto licitado com as mesmas especificações de qualidade exigidas e apresentadas quando de sua habilitação, ficará automaticamente afastada de todas as licitações do Governo do Estado.

Parágrafo Único - ocorrendo a fraude por parte da empresa vencedora na entrega do produto não condizente com as amostras inicialmente apresentadas, a empresa subsequente será chamada para atender a demanda da licitação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei visa oferecer ao funcionalismo público do Estado do Paraná, um produto de melhor qualidade.

Além de oferecer um bom preço nas licitações do estado, as empresas devem fornecer um produto de qualidade, uma vez que o café pode ter características diferentes. O café tem classificação secular de bebida e qualidade. Existem duas espécies de café: o Arábica, que tem sabor, aroma e paladar acentuados e baixos índices de cafeína e o Canephora (Robusta/Conillon) que não tem sabor, aroma e paladar, contendo altos índices de cafeína.

A nossa preocupação em estabelecer exigências mínimas de qualidade do produto é também quanto às implicações de saúde, devido à cafeína e econômica, pois o café Robusta/Conillon tem preço e custo muito inferior ao café Arábica. A mistura dos cafés baixa a qualidade e afeta o consumo devido aos altos índices de cafeína. Não há qualquer impedimento para a mistura dos dois cafés, exceto a qualidade do produto.

Estabelecendo-se as mencionadas exigências para a licitação do café moído e torrado, estaremos contribuindo pela priorização da qualidade do produto.

PROJETO DE LEI Nº 702/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Esportiva Aliança, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, sem preferência de credo político ou religioso.

A referida Sociedade vem desenvolvendo ações de relevante teor social para a população de Palotina. Dentre seus objetivos estão a realização de encontros com almoços entre os sócios e com as comunidades, shows de prêmios, promoções, visitas a asilos e procura principalmente a integração entre outras sociedade de toda a região.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 703/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que patrocinarem bolsas de estudo para professores que ingressam em curso superior, em atendimento ao disposto pelo parágrafo 4º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, poderão, em contrapartida, exigir dos beneficiários que lhes prestem serviços para implementação de projetos de alfabetização ou de aperfeiçoamento de seus empregados, bem como outras atividades compatíveis com sua formação profissional.

Art. 2º - Os serviços a que se referem o artigo 1º serão prestados após a conclusão do curso, por tempo proporcional ao período em que vigorou a bolsa, não podendo ultrapassar a 04 (quatro) anos, nem obrigar o beneficiário a mais de 02 (duas) horas diárias de trabalho.

Parágrafo Único - Se a bolsa for concedida pela própria instituição de ensino superior frequentada pelo beneficiário, esta poderá exigir do mesmo a prestação de serviço durante a realização do curso.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, autorizado a fornecer porcentagem de subsídio às empresas patrocinadas até o limite de 50% (cinquenta por cento) da bolsa de estudos a que se refere esta lei, abrindo, para isso, crédito suplementar dentro da rubrica orçamentária específica.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996), dispõe, no parágrafo 4º do artigo 87, que "até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço". A Década da Educação iniciou em 1997. Portanto, desde esta data só poderão exercer atividades docentes os professores que tiverem cursado Faculdade.

Ocorre que, na área de educação infantil e nas séries do ensino fundamental, existe um grande número de professores que têm formação apenas na modalidade oferecida pelo Curso de Habilitação para o Magistério. Seus vencimentos modestos não permitem o custeio de um curso de graduação como exige a lei. Estes professores que já estavam nas salas de aula no advento da LDB ficaram prejudicados, pois lhes foi exigida uma complementação que não esperavam para continuar a exercer sua profissão. Entendemos que se não forem estabelecidos incentivos e formas de apoio, o ensino terá sérios prejuízos, em especial a partir de 2007 (final da Década da Educação à que se refere a LDB).

O presente projeto de lei objetiva oferecer alternativas para estimular as empresas a se associarem a este esforço, fazendo assim sua incumbência social na formação de cidadão através da educação. Da mesma forma, oferecemos ao Governo do Estado a possibilidade de também oferecer incentivo, não ficando assim ausente na missão de assegurar o bom andamento e continuidade do ensino, sem prejudicar docentes que há longo tempo dedicam sua vida à educação.

PROJETO DE LEI Nº 704/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É instituída a Agência de Infra-Estrutura do Estado do Paraná - AGIEPAR, em regime especial de autarquia, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, dotada de autonomia administrativa, financeira e funcional, com sede e foro na Capital do Estado, com prazo de duração indeterminado e atuação em todo território paranaense, podendo criar e estabelecer unidades regionais.

Art. 2º - A Agência de Infra-Estrutura do Estado do Paraná - AGIEPAR, tem por finalidade regular, fiscalizar, controlar, normatizar e fixar tarifas nos serviços prestados por empresas públicas ou privadas.

Art. 3º - São atribuições da AGIEPAR, regular, fiscalizar, controlar, estabelecer normas e autorizar tarifas nos serviços que seguem:

- I - Rodovias;
- II - Ferrovias;
- III - Aeroportos;
- IV - Portos.

Art. 4º - É da competência da AGIEPAR, acompanhar, fiscalizar, interpor e regular contábil e tecnicamente, as empresas encarregadas de conservação, sinalização e construção das rodovias que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias e ferroviárias, bem como, dos serviços prestados nos portos e aeroportos do Estado do Paraná.

Art. 5º - Compete, ainda, à AGIEPAR:

I - implementar as políticas e diretrizes do governo estadual para a exploração das rodovias e ferrovias, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas;

II - promover as licitações destinadas à contratação de concessionárias de serviço público no sistema de transportes e infra-estrutura;

III - celebrar e gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de infra-estrutura (transporte rodoviário e ferroviário e portos e aeroportos), e fiscalizar diretamente as concessões e a qualidade da prestação dos serviços;

IV - acompanhar, fiscalizar, interpretar e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização e construção das rodovias que fazem parte do complexo de transporte por vias rodoviárias, bem como, as que foram delegadas à iniciativa privada no Estado do Paraná;

V - acompanhar, fiscalizar, interpretar e regular as empresas encarregadas da conservação, sinalização, e construção de ferrovias que fazem parte do complexo de transporte por vias ferroviárias, bem como, as que foram delegadas à iniciativa privada;

VI - fiscalizar, ainda, a utilização das margens das rodovias - denominada faixas de domínio - que estejam sendo exploradas por empresas de comunicação (painéis, outdoors, totens e outros), zelando pela conservação do meio ambiente;

VII - zelar e fiscalizar locações do solo na faixa de domínio das rodovias para a passagem de gasodutos, fazendo respeitar o meio ambiente e a segurança da população;

VIII - garantir a aplicação do princípio de isonomia no uso e acesso aos serviços de infra-estrutura.

Art. 6º - A AGIEPAR será um órgão colegiado de caráter deliberativo superior, responsável por implementar as diretrizes estabelecidas nesta lei e demais normas aplicáveis, sendo suas as responsabilidades executiva e de direção, sem prejuízo às suas outras atribuições da regulamentação desta lei.

§ 1º - A Diretoria submeterá relatório anual ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado dos Transportes, à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da regulamentação desta lei.

§ 2º - A AGIEPAR, será composta por cinco (05) diretores, nomeados pelo governador do Estado, com mandatos coincidentes com o do governador, conforme segue:

- I - Diretor-Presidente;
- II - Diretor de Relações Institucionais;
- III - Diretor de Tarifas;
- IV - Diretor de Transportes;
- V - Diretor de Serviços e Infra-Estrutura.

§ 3º - As funções respectivas de cada diretor serão definidas no Regimento Interno da AGIEPAR, cabendo ao diretor-presidente, além das atribuições regimentais, o comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, bem como a presidência das sessões da Agência.

§ 4º - A nomeação dos membros da diretoria dependerá de prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme artigo 54, XIX, letra "c" da Constituição Estadual.

Art. 7º - A AGIEPAR terá um Conselho Consultivo, formado por sete (07) membros, com mandato de dois (02) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato, a saber:

- I - dois representantes do Poder Executivo;
- II - um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- III - um representante do órgão público de defesa do consumidor (Procon);
- IV - um representante das empresas prestadoras de serviços públicos de infra-estrutura, indicada por um rodízio entre as empresas reguladas;
- V - um representante da Associação dos Municípios do Paraná - AMP;
- VI - um representante da diretoria, indicado pelo presidente;

Art. 8º - Os membros do Conselho Consultivo, obrigatoriamente, serão:

- I - brasileiros;
- II - maiores de idade;
- III - de reputação ilibada e idoneidade moral comprovada;
- IV - de experiência comprovada no exercício da sua profissão.

Art. 9º - está impedida de exercer cargo de direção na AGIEPAR a pessoa que mantiver os seguintes vínculos com qualquer empresa concessionária, permissionária, autorizada ou prestador de serviços contratado dessas empresas sob regulamentação ou fiscalização da autarquia:

I - acionista ou sócio com participação individual direta superior a três décimos por cento no capital social ou superior a quatro por cento no capital social de empresa controladora;

II - membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva;

III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

Art. 10 - Constituirão fontes de receita e do acervo da AGIEPAR:

I - recursos oriundos do Tesouro do Estado, consignados no Orçamento Fiscal anual e em seus créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II - recursos oriundos da cobrança de taxas de pedágios nas rodovias cedidas em concessão;

III - recursos da cobrança de taxas das ferrovias e dos portos e aeroportos do território paranaense;

IV - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

V - rendimentos de operações financeiras que realizar;

VI - recursos oriundos de multas aplicadas em decorrência de suas atribuições na fiscalização da lei, convênios e contratos de delegação;

VII - valores apurados com aluguel ou venda de imóveis de sua propriedade.

Art. 11 - No primeiro ano do funcionamento da AGIEPAR, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para cobrir as despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 12 - O Poder Executivo encaminhará no prazo máximo de noventa (90) dias, o Regimento Interno da AGIEPAR, para aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como, projeto de lei criando o quadro e fixando os valores de remuneração dos servidores, conselheiros e diretores.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(aa) DIVANIR BRAZ PALMA
SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, pretende submeter à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, matéria referente à fiscalização e controle dos serviços públicos de infra-estrutura.

As reclamações feitas aos órgãos de fiscalização e de defesa do consumidor contra as empresas que foram privatizadas, tanto na área federal como estadual (entenda-se como exemplo a Telepar, o Banestado [hoje

Banco Itaú] e as rodovias pedagiadas) não dão subsídios suficientes para propor a criação da Agência de Infra-Estrutura do Estado do Paraná - AGIEPAR, com as finalidades de acompanhar, fiscalizar, interpelar e regular as empresas que prestam serviços, sejam elas de cunho público ou privado.

As experiências têm demonstrado que após a privatização, os serviços essenciais de comunicação e transporte, têm abusado dos direitos do consumidor. Um desses exemplos são as taxas dos serviços telefônicos, principalmente, aqueles prestados pela Telepar Brasil Telecom. O outro exemplo, é o das rodovias que foram cedidas em concessão à iniciativa privada, onde a cobrança das taxas de pedágio não se justificam à medida que a conservação, a sinalização e a segurança da maior parte de seus trechos não condizem com os preços abusivos cobrados pelas empresas concessionárias.

Considerando que o Governo do Estado, somente, através da Secretaria de Estado dos Transportes, não dispõe de uma capacidade mínima de estrutura para fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos termos contratuais assinados pelas concessionárias, propomos a criação desta Agência, com fins exclusivos de acompanhar, fiscalizar e controlar não só o sistema de transporte rodoviário e ferroviário, como também os portos e aeroportos que estão localizados no território paranaense.

Cremos ser este o momento certo para colocarmos em discussão, com os representantes do povo este assunto tão polêmico.

Por esta razões, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa, pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 705/2001

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Waldemar Niclevicz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Foz do Iguaçu, em 1966 e formado em Turismo pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado em Economia de Turismo na Bacconi, Milão, Itália, Waldemar Niclevicz tem se destacado como um dos maiores alpinistas da atualidade.

Conferecista renomado, profere palestras no Brasil inteiro sobre suas escaladas, enfatizando sempre o esporte como fator de equilíbrio e de vida saudável para a juventude, buscando, em todas as suas apresentações, projetar o nome do Paraná.

É diretor da Sagarmatha Produções, empresa que edita seus livros e vídeos, bem como gerencia suas produções.

Autor de vários livros, nos quais relata, com riqueza de detalhes, suas aventuras descrevendo, ainda, a história e a geografia das regiões do mundo onde encetou suas escaladas.

Aos 12 anos de idade, veio residir em Curitiba, fazendo da Serra do Mar o seu paraíso natural. Foi naquelas serranias que adquiriu as primeiras noções de montanhismo. Aos 18 anos, mudou-se para Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, onde morou por três anos e foi ali que aprendeu a usar o equipamento técnico de alpinismo, como cordas e mosquetões.

Retornando a Curitiba, passou a trabalhar numa pequena fábrica de mochilas e, com vistas a aumentar seus rendimentos, nos finais de semana guiava grupos de turistas para as montanhas e cavernas da região. Em 1985, realizou sua primeira grande aventura, uma viagem através da Bolívia e Peru, percorrendo o caminho inca a Machu Picchu. Ali pisou pela primeira vez a neve e, marcou o início de uma série infindável de arrojadas escaladas.

Dentre as montanhas galgadas pelo audacioso paranaense, destacam-se o Aconcágua, na Argentina, em fevereiro de 1988, o Ojos Del Salado no Chile, Illimani, na Bolívia, Huascaran no Peru, Chimborazo, no Equador, Matterhorn - Suíça/Itália, Mont Blanc - França-Itália, o Elbrus na Rússia, o Kilimanjaro, na Tanzânia, o Vinson, na Antártida, o Cho Oyo, no Tibete, o Gasherbrun, no Paquistão e muitas outras, culminando com a escaladas do Everest - Tibete/Nepal, com 8.848 metros de altura, sendo a montanha mais alta do Planeta e do K2, considerada a mais difícil do mundo. No dia 14 de maio de 1995, a bandeira brasileira tremulou pela primeira vez no topo do mundo, nas mãos do paranaense Waldemar Niclevycz.

Assim se referiu Edson Arantes do Nascimento - Pelé, então ministro dos Esportes, a respeito do insigne esportista paranaense: "Para que todos nós chegássemos ao Everest pela primeira vez, Waldemar Niclevycz foi, antes de tudo, um forte. Persistente, otimista, visionário. Como nós, brasileiros, precisamos ser"...

Com Niclevycz, o pendão brasileiro e o nome do Paraná foram levados aos mais distantes rincões da Terra e aos pontos mais elevados do mundo.

Estas as razões que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei, para o qual solicitamos o indispensável apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Encerrada a leitura do Expediente.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente e senhores deputados. Subo a esta tribuna hoje, para dizer de um projeto importante

para o Estado do Paraná e que hoje está sendo votado em 2ª Discussão.

É o Projeto de Lei nº 242/2001, projeto Proalpar. É o incentivo à produção e à industrialização do algodão no Estado do Paraná. É uma preocupação nossa, deputados estaduais, principalmente eu que sou de Campo Mourão, de uma das melhores terras férteis do Paraná e que já houve em épocas o plantio do algodão e que gerava muito emprego, e hoje vemos que ele não é mais plantado.

E entramos com este projeto, senhor presidente e senhores deputados, porque é de suma importância, é vital, é real e é consistente para o nosso Estado do Paraná. É um projeto que visa dar o apoio ao agricultor, que visa dar o apoio à industrialização. É um projeto que institui o programa de incentivo ao produtor de algodão no Paraná, que cria o fundo de apoio à cultura do algodão.

Vou ler alguns tópicos importantes deste projeto, o qual entramos com requerimento de acatamento do Substitutivo Geral ao Projeto nº 242/2001.

(Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 242/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão - Paraná + Algodão, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB-PR., que tem como objetivo a recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado do Paraná, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais aos produtores rurais interessados.

Art. 2º - O programa tratado no artigo 1º define pré-condições mínimas de qualidade de fibra do algodão e de práticas conservacionistas e fitossanitárias, que o produtor deverá observar, para se candidatar aos benefícios previstos nesta lei:

I - Que comprove através de documentação legal, a utilização de sementes de algodão, em quantidade compatível com a área plantada, de variedades recomendadas para o Estado do Paraná, produzidas e adquiridas de produtores de sementes devidamente registrados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

II - Que comprove, o uso de assistência técnica e, através de laudo técnico, que tenha realizado a incorporação e eliminação de restos culturais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a colheita, com o objetivo de controle de pragas e doenças da lavoura de algodão, em especial o bico do algodoeiro.

III - Que, se solicitado pelos órgãos de pesquisas, disponibilize o manejo empregado em sua lavoura.

IV - Que disponha de sistema de eliminação de embalagens de agrotóxicos e adoção de práticas de redução de resíduos e de controle de poluição ou contaminação do meio ambiente, de acordo com disposições normativas oficiais.

V - Que não esteja inadimplente com suas obrigações junto à Receita Estadual.

§ 1º - O disposto no item I, em caráter excepcional, não se aplica para o ano safra 2000/2001.

§ 2º - No caso previsto no item IV, é facultado ao produtor rural, comprovar a utilização de infra-estrutura, de natureza comunitária ou coletiva.

Art. 3º - Aos produtores de algodão que atenderem os pré-requisitos definidos no artigo 2º, será concedido um incentivo fiscal de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS, incidentes sobre o valor de comercialização de algodão.

Art. 4º - O incentivo previsto no artigo 3º, será pago ou creditado, de forma progressiva, vinculado à qualidade da fibra de algodão, atestada pelo Órgão Competente de Classificação do Estado, segundo:

I - Características das fibras de algodão - incentivo:

a) Fibra padrão tipo 8/0 ou inferior, não terá incentivo;

b) Fibra padrão tipo 7/8: 50% da alíquota do ICMS;

c) Fibra padrão tipo 7/0: 60% da alíquota do ICMS;

d) Fibra padrão tipo 6/7: 70% da alíquota do ICMS;

e) Fibra padrão tipo igual ou superior à 6/0: 75% da alíquota do ICMS.

Art. 5º - O Programa Paraná + Algodão terá duração mínima de 03 (três) anos, tendo sua avaliação aferida por órgão a ser designado pelo Poder Executivo que emitirá parecer sobre sua continuidade ou não.

Art. 6º - São beneficiários do Programa Paraná + Algodão, os produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, que queiram os benefícios fiscais de que tratam os artigos 3º e 4º e seus parágrafos, que atendam as condições mínimas definidas no artigo 2º e que concorram com o disposto no artigo 10.

§ 1º - Os produtores rurais interessados na obtenção do benefício de que trata o artigo 3º deverá se cadastrar junto ao Órgão determinado pelo Poder Executivo, através de laudo técnico, preenchido por profissional devidamente habilitado.

§ 2º - Sempre que atendidas as exigências mínimas do Programa, prevista no artigo 2º, o beneficiário inscrito

durante a vigência desta lei usufruirá dos incentivos, pelo prazo de vigência do Paraná + Emprego.

Art. 7º - Não será concedido o incentivo previsto nesta lei aos produtores que comercializarem algodão em caroço para fora do Estado do Paraná.

Art. 8º - A classificação do algodão será feita pelo Órgão Oficial de Classificação - CLASPAR - Paraná, ou por outra entidade autorizada e conveniada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento com o Estado do Paraná.

Art. 9º - O valor do incentivo previsto nos artigos 3º e 4º, será pago ou creditado ao produtor de algodão diretamente pela indústria de beneficiamento, por ocasião da comercialização do produto, ou por incentivo concedido e anotado na guia de recolhimento quando a operação de pagamento do ICMS for realizada pelo próprio produtor, que poderá utilizá-lo como crédito do ICMS, após registro nos livros fiscais competentes.

Art. 10 - Fica criado o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FUNGODÃO, de acordo com a finalidade preconizada no artigo 12.

Parágrafo Único - O beneficiário do Paraná + Algodão, quando do recebimento do incentivo financeiro, deverá destinar 15% (quinze por cento) do valor total recebido ao referido Fundo.

Art. 11 - Além da fonte descrita no artigo anterior, o FUNGODÃO poderá receber outras contribuições dos produtores, das indústrias de beneficiamento, de dotações de natureza orçamentária do Estado e de instituições nacionais e internacionais.

§ 1º - A administração do FUNGODÃO, prevista neste artigo, será exercida por membros do Poder Executivo e representantes de entidades não governamentais do setor agrícola e industrial.

Art. 12 - Os recursos do FUNGODÃO, serão aplicados prioritariamente na pesquisa do algodão, objetivando a produtividade e qualidade das fibras, o controle das pragas e doenças da cultura, o treinamento de mão-de-obra e a realização de eventos técnicos, de acordo com o que for preconizado em regimento interno do referido Fundo.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo regulamentar este Programa, competindo-lhe ainda:

I - eleger outros requisitos que auxiliem o enquadramento e concessão dos incentivos fiscais previstos nesta lei;

II - fixar normas e definir critérios para aplicação dos recursos do FUNGODÃO, em conjunto com os membros do Conselho Gestor do Fundo;

III - fixar normas e disposições complementares ao fiel cumprimento da presente lei e sua regulamentação.

Art. 14 - No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente lei, o Poder Executivo editará normas complementares ao seu fiel cumprimento.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.06.2001.

(a) NELSON TURECK"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir no Estado do Paraná o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão.

Analisando a proposta original, foram encontrados alguns óbices constitucionais, que foram todos sanados pela apresentação de seu Substitutivo Geral em anexo, protocolado a este projeto por iniciativa do próprio autor.

Desta forma esta relatoria acata o referido Substitutivo, como remédio legislativo e político, oferecendo parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer o acatamento do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 242/2001.

Ilmo. Sr.

Deputado Basílio Zanusso

Digníssimo Presidente da

Comissão de Constituição e Justiça

O deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas, vem a ilustre presença de V. Exa. para REQUERER o acatamento do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 242/2001, de minha autoria tendo em vista sugestões apresentadas por várias entidades representativas, dentre as quais a Ocepar-Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 242/2001

SÚMULA:

Institui o Programa de Incentivo à Produção e a Industrialização do algodão no Paraná - Proalpar, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o Programa de Incentivo à Produção e à Industrialização do Algodão do Paraná -Proalpar, vinculado a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico- SEID/PR, que tem como objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido pelo Estado do Paraná, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

Art. 2º - O candidato interessado em integrar-se no Programa a que se refere o artigo 1º e nos benefícios decorrentes desta lei, deverá observar como pré-condições mínimas de instalação e de processamento, o seguinte:

I - manutenção do programa de treinamento e qualificação de mão-de-obra, por conta própria ou em convênio com terceiros;

II - comprovação de regularidade de suas obrigações para com o fisco estadual, inclusive quanto à existência de débito inscrito em Dívida Ativa.

Art. 3º - Às indústrias que atenderam as pré-condições definidas no artigo 2º será concedido um crédito relativo ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, nos seguintes percentuais:

I - Na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem: 80% (oitenta por cento) do ICMS devido;

II - Na saída do produto da indústria de confecção: 85% (oitenta e cinco por cento) do ICMS devido;

III - Na saída da pluma de algodão para outros Estados: 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido;

§ 1º - Quando as atividades das indústrias mencionadas nos incisos I, II e III forem exercidas pelo mesmo estabelecimento, aplica-se o benefício proporcionalmente às saídas de produtos.

§ 2º - A fruição do benefício previsto no caput deste artigo, implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer outros créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de matérias-primas e insumos da produção.

Art. 4º - O Proalpar terá duração mínima de 06 (seis) anos devendo ser reavaliado a cada 02 (dois) anos pelos representantes das entidades componentes do Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, no que concerne ao atendimento dos objetivos previstos no artigo 1º que emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente, sobre a convivência de sua continuidade ou não.

§ 1º - A primeira reavaliação, independente do transcurso do prazo fixado no caput, deverá ser efetuada até 30 de dezembro de 2003.

§ 2º - As indústrias que tiverem seus projetos aprovados, ou cadastrados no Proalpar, durante a vigência desta lei, ficam assegurados os incentivos previstos no artigo 3º, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do início das operações.

§ 3º - O cadastramento e o credenciamento no Proalpar serão realizados junto ao Programa Paranaense de Desenvolvimento Agroindustrial, na forma definida no regulamento desta lei.

Art. 5º - Poderão ser beneficiárias do Proalpar, as indústrias, pessoas jurídicas, regulares e com inscrição no Cadastro de Contribuintes que requeiram os benefícios fiscais tratados nesta lei e que atendam as pré-condições mínimas definidas no artigo 2º e desde que expressamente concordem com a obrigação estatuída no artigo 6º.

Art. 6º - Não será concedido e poderá ser suspenso, o incentivo previsto nesta lei às indústrias que deixarem de atender ao disposto nos artigos 2º e 7º.

Art. 7º - Do valor do crédito fiscal previsto no artigo 3º, 40% (quarenta por cento) deverá ser recolhido para apoiar os produtores e 10% (dez por cento) para a pesquisa do algodão.

Art. 8º - Os benefícios estabelecidos nesta lei aplicam-se também, na hipótese de ampliação de plantas existentes.

Art. 9º - O Poder Executivo editará as normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05.12.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

I - APRESENTAÇÃO

Os agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva do algodão, diante das dificuldades em organizar a cadeia produtiva têxtil do Paraná, e cientes da importância social e econômica do cultivo do algodão para o campo e para as cidades, entendem que é chegado o momento para que governo e setor privado se integrem, visando alavancar e revitalizar o setor, através da implementação de um programa de incentivo ao cultivo e agroindustrialização do algodão no Paraná.

A proposta em discussão se baseia no que é praticado em outros estados, principalmente no Mato Grosso. As medidas fiscais implementadas naquele Estado, impulsionaram o cultivo e a agroindustrialização do algodão, compensando largamente o que o governo deixa de arrecadar em ICMS, pois no início do programa o Mato Grosso produzia apenas 30,0 mil toneladas e passou a produzir 480 mil toneladas de algodão em caroço obtidas

na safra deste ano. A área plantada passou de 55 mil para 370 mil hectares.

A arrecadação total de ICMS com algodão aumentou em 8 milhões de reais por ano para quase 150,0 milhões de reais. A capacidade de beneficiamento do algodão quadruplicou e a geração de empregos dobrou.

O Paraná na época era o primeiro produtor nacional com 29% da produção e hoje é o sexto com apenas 6% da produção, por outro lado, o Mato Grosso que era o quinto com 8% hoje é o primeiro com 56% da produção brasileira.

A área plantada de algodão no Paraná que há 10 anos era de 704.000 hectares, hoje regrediu para apenas 70.000 hectares.

2. INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva do algodão no Paraná sofreu, ao longo dos últimos anos, uma acentuada queda na produção primária e conseqüentemente uma desestruturação do setor de beneficiamento. Em função disso a indústria de fiação foi obrigada a buscar matéria-prima em outros estados e até mesmo no exterior.

Preocupados com esta situação e por entender que a cotonicultura tem um papel social e econômico fundamental para o Estado e especialmente para os municípios das regiões produtoras, os agentes econômicos envolvidos com a cotonicultura estão buscando alternativas para retomar a produção no Estado em quantidades suficientes para atender a demanda local do setor industrial.

O trabalho iniciado no Paraná no final da década de 80 que objetivava organizar a cadeia produtiva do algodão, através da estruturação de um parque fabril de fiações e tecelagem foi interrompido, porque o Estado retirou o apoio à criação de indústrias e formação de pólos têxteis, em conseqüência, ocorreu desestímulo à indústria e à produção.

O Proalpar se propõe a restabelecer o incentivo as indústria têxteis e à produção permitindo que o produtor do Paraná volte a ser competitivo e a Indústria Têxtil do Estado se organize, atraindo novas indústrias e criação de empregos e renda.

3. MISSÃO

Desenvolvimento de um programa de incentivos para revitalizar a cadeia produtiva do setor têxtil no Paraná, voltado para agregação de valor à produção.... a criação de um parque têxtil que integre todos os elos da cadeia da produção à confecção.

4. OBJETIVO GERAL

O Programa Estadual de Incentivo a Produção e Industrialização do Algodão Produzido no Paraná - Proalpar, tem por objetivo aumentar a produção de matéria-prima no Estado, fortalecer as indústrias já instaladas no Estado, atrair novas indústrias e gerar desenvolvimento social e econômico através da geração de emprego

e renda, nas regiões produtoras e criação de um pólo têxtil no Paraná.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

. Incentivar as indústrias têxteis localizadas no Paraná ou as que venham a se instalar aqui a consumir o algodão produzido no Estado.

- . Recuperar o plantio de algodão no Estado.
- . Gerar empregos no campo e nas indústrias
- . Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento genético do algodão.

6. METAS

As metas do programa para os próximos 06 anos são as seguintes:

- . Aumentar a produção do Paraná de 50 mil para 120 mil toneladas de algodão em pluma
- . Incrementar o consumo da indústria das atuais 80 mil toneladas para 120 mil toneladas.
- . Viabilizar a geração de empregos no campo dos atuais 22 mil empregos para 50 mil empregos.
- . Atrair investimentos para modernização e instalação de novas plantas industriais.
- . Aumentar a arrecadação de ICMS do Estado na cadeia produtiva têxtil em 20% pela agregação de valor à produção primária.

7. BENEFICIÁRIOS

Serão beneficiários do Proalpar os produtores e empresários dispostos a investir no processo de industrialização do algodão produzido no Paraná, obedecendo aos padrões tecnológicos e ambientais e que estejam em situação de regularidade junto ao fisco estadual, inclusive quanto à inexistência de débito na dívida ativa. Os benefícios previstos aplicam-se às indústrias já existentes, às ampliações destes projetos e para novos projetos que forem instalados.

O produtor terá apoio na assistência técnica, ao acesso ao crédito com recursos facilitados e a custos financeiros reduzidos em relação aos disponíveis atualmente.

8. DO INCENTIVO FISCAL

As indústrias que forem enquadradas no Proalpar terão um crédito fiscal equivalente a:

- . 80% do ICMS devido na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem.
- . 85% do ICMS devido na saída do produto da indústria de confecção.
- . 75% do ICMS devido na saída da pluma de algodão para outros Estados.

9. DURAÇÃO DO PROGRAMA

O programa terá duração mínima de 06 anos com reavaliação a cada período de 02 anos.

Para as indústrias que tiverem seus projetos aprovados os incentivos serão assegurados por um prazo de

10 anos contados a partir do início de operação da unidade fabril.

10. PENALIDADES

Perderá o direito ao incentivo toda a empresa que ficar em situação irregular junto ao fisco estadual ou que não recolher os recursos previstos para o fundo de desenvolvimento da cotonicultura.

11. CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRIVADO

As indústrias beneficiadas pelo programa deverão aplicar 40% do crédito fiscal obtido para financiar os produtores de algodão do Paraná e 10% para a pesquisa estadual hoje exercida pelo Iapar e pela Coodetec, visando a melhoria qualitativa e quantitativa, transferência de tecnologia, assistência técnica, capacitação da mão-de-obra, realização de eventos técnicos e promoção do setor.

12. ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS

Para a viabilização do programa serão necessárias as seguintes providências mínimas:

- Instituição do Programa de Incentivo a Industrialização do Algodão Produzido no Paraná - Proalpar.
- Definição da gestão dos recursos das contribuições do setor privado.

13. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROALPAR

O acesso ao Proalpar somente será obtido pelas cooperativas em empresas, que através de um cadastramento de produtores, comprovarem o repasse do benefício aos produtores e se comprometerem a:

- adquirir a totalidade da produção dos produtores credenciados;
- prestar assessoria na elaboração dos projetos técnicos, na assistência técnica e fornecimento de insumos aos cadastrados;
- industrializar toda a produção no Estado.

14. LINHAS DE CRÉDITO

Cotonicultura familiar:

Ainda que comecem a surgir condições mais favoráveis para a expansão da cotonicultura empresarial, mecanizada, o que predomina em muitos municípios do Paraná é a produção em pequenas propriedades com tecnologia tradicional e conduzidas por mini e pequenos produtores. Estes produtores são hoje os mais seriamente atingidos pela crise que se abateu sobre a cultura e, em consequência, os que mais tem abandonado o cultivo.

É fundamental que este segmento seja tratado de forma especial, pois se constitui em uma das poucas alternativas de viabilização da pequena propriedade por ser um produto de alto valor agregado. Diante disso se faz necessário criar condições de apoio creditício efetivo aos minifúndios para evitar a continuidade do desemprego e o êxodo rural.

Crédito de custeio e investimento:

a) Recursos do Pronaf para custeio:

- garantir ao pequeno produtor de algodão o acesso aos recursos do Pronaf.

Montante de recursos necessários: R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Custo financeiro = equivalência produto.

b) Recursos do Pronaf para investimento:

- garantir ao produtor rural, associações de produtores e às cooperativas agrícolas o acesso a recursos do Pronaf na linha de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos necessários para viabilizar a modernização do setor produtivo.

Cotonicultura empresarial:

A cotonicultura mecanizada e conduzida empresarialmente, vem se destacando ao longo dos últimos anos. No entanto, os investimentos necessários para a mecanização da lavoura são elevados: há necessidade de mão-de-obra especializada, máquinas adequadas e variedades próprias para colheita mecânica. Daí ser imprescindível, não apenas a adoção de medidas específicas que apoiem o desenvolvimento dessa alternativa de produção, mas, principalmente, estabelecer regras confiáveis e duradouras que permitam sustentabilidade aos investimento privados que precisam ser feitos.

Crédito de custeio e investimento:

a) Recursos de crédito rural para custeio:

- garantir ao médio e grande produtor de algodão o acesso aos recursos do crédito rural.

Montante de recursos necessários: R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Recursos para investimento:

- garantir ao produtor rural, associações de produtores e às cooperativas agrícolas o acesso a recursos na linha de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos necessários para viabilizar a modernização do setor produtivo.

15. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

De responsabilidade da empresa integradora e participante do programa Proalpar. A assistência técnica deverá atender às exigências previstas na legislação de agrotóxicos e do receituário agrônomo, além de executar funções de transferência de tecnologia da pesquisa para o produtor de algodão.

PANORAMA NACIONAL DA COTONICULTURA

Na década de 70, a área cultivada com algodão no Brasil chegou a ultrapassar 4 milhões de hectares e a produção girava em torno de 560 mil toneladas de algodão em pluma. Este volume era superior ao consumo e o excedente destinava-se à exportação. O algodão era um produto importante na pauta de exportações do País.

Na safra 96/97, a área cultivada com algodão foi de apenas 657 mil hectares, a menor área das últimas três décadas. A produção foi de 306 mil toneladas de pluma, volume insuficiente para atender a demanda interna. Sendo assim, foi necessária a importação de 470 mil toneladas de algodão em pluma, a um custo de US\$811,75 milhões. Tal volume de importações colocou o País entre os principais importadores de pluma.

O declínio da cotonicultura se deu por questões macroeconômicas. Com a abertura da economia, principalmente após a criação do Mercosul, o algodão brasileiro passou a competir com o produto importado, cuja aquisição é vinculada a financiamentos com prazos superiores há um ano e taxa de juros inferiores às praticadas internamente, além de ser subsidiado na origem. Com isso, o Brasil foi grande exportador, passou a ser um dos principais importadores de pluma no mundo. A taxa de câmbio vigente até janeiro de 1999, em nosso País, também contribuiu para que houvesse essa inversão.

Tabela 01 - Algodão - Oferta e demanda brasileira

(em 1000 ton. de pluma)

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
96/97	186,9	305,7	438,5	798,7	0,3	132,1
97/98	132,1	411,0	334,4	782,9	3,1	91,5
98/99	91,5	520,1	280,3	849,5	3,9	38,5
99/2000	38,5	700,3	300,0	910,0	30,0	98,8
2000/2001	98,8	861,9	190,0	930,0	120,0	100,6

Fonte: Conab

Elaboração: Ocepar

Na safra 99/2000, foram cultivados 824 mil hectares com a cultura do algodão. Esta área supera em 19% a safra anterior.

Este crescimento é atribuído ao bom desempenho da cultura, que além dos preços remuneradores, teve boa produtividade em 98/99.

Em 99/2000, a produção brasileira de pluma foi de 700 mil toneladas, resultando numa produtividade média de 2.429 kg/ha. Esta produtividade recorde foi alcançada em razão das lavouras do Centro-Oeste, região com grande representação, 67% da produção nacional, e onde se adota alta tecnologia, tanto é, que a produtividade média da região foi de 3.308 kg/ha. Também contribuiu, alguns Estados do Nordeste, região que tradicionalmente tem baixa produtividade. Os governos da Bahia e do Ceará lançaram programas de incentivo ao plantio, que provocaram mudanças no padrão tecnológico e como consequência, maior produtividade.

Na safra atual (2000/2001), a Conab estima que a área plantada com algodão ficará entre 922,1 mil hectares que, relativamente à safra passada, corresponde a um aumento de 11,9% e em relação à safra 1998/99 o incremento é de 32,9%. O aumento de área é previsto, em função de que, na safra anterior, as condições climáticas foram favoráveis e os preços remuneradores.

Quanto à produção, a estimativa é de que sejam colhidos na safra 2000/2001 848,4 mil toneladas de pluma estabelecendo um incremento de 21,1% em relação à safra anterior.

O algodão, na última safra, foi cultivado em 17 Estados da Federação, com destaque para os da Região Centro-Oeste, que assumiram o lugar de São Paulo e Paraná, tradicionais produtores de algodão.

Em 99/2000, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, produziram juntos, 470 mil toneladas de pluma, que corresponde a 67% da produção nacional.

No Centro-Oeste, o algodão é cultivado em grandes áreas, o clima é regular e a colheita é feita com máquinas. Além dessas vantagens, os governos do Mato Grosso e de Goiás criaram programas para incentivar o plantio de algodão, através dos quais, o produtor recebe, de acordo com a qualidade da fibra, um incentivo fiscal de até 75% do ICMS incidente sobre o valor de comercialização do algodão.

Tabela 02 - Algodão - Produção de Algodão (em 1000 T Pluma) o comparativo entre PR e MT

Safra	Brasil	Paraná	% PR/BR	Colocação PR/BR	Mato Grosso	% MT/BR	Colocação MT/BR
95/96	410,1	119,5	21,1	1º	33,1	8,1	5º
96/97	305,8	40,4	13,2	3º	34,8	11,4	4º
97/98	411,0	64,5	15,7	4º	94,2	22,9	1º
98/99	520,1	38,8	7,5	5º	226,4	43,5	1º
99/2000	700,3	43,0	6,1	6º	335,8	47,9	1º
2001/2001	848,4	52,7	6,2	5º	450,1	53,1	1º

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Elaboração: SEAB/DERAL/DCA

Tabela 03 - Algodão - Comparativo entre SP/PR e Estados da Região Centro Oeste

Safra	Brasil	SP/PR	%	Centro Oeste MT/GO/MS	%
95/96	410,1	182,9	44,6	127,6	31,1
96/97	305,8	94,8	31,0	123,8	40,5
97/98	411,0	131,4	32,0	213,4	51,9
98/99	520,1	92,0	17,7	361,9	69,6
99/2000	700,3	98,2	14,0	470,2	67,1

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Elaboração: SEAB/DERAL/DCA

IMPORTAÇÕES

Nas últimas safras, o Brasil vem lentamente voltando aos níveis normais de produção e, conseqüentemente, a cada ano, vem reduzindo suas importações.

Em 1996, o volume das importações brasileiras atingiu 568,1 mil toneladas de pluma, cuja aquisição custou US\$ 859,7 milhões ao País. Ano passado, em função do aumento da produção, o volume importado teve uma redução de 16% em relação ao ano anterior, totalizando 280,30 mil toneladas de pluma. Em 2000 as indústrias brasileiras haviam importado 300,0 mil toneladas. Apesar do aumento de 35% na produção, o volume importado foi maior que em 1999 porque aumentou o consumo.

Para o ano 2001 a Companhia Brasileira de Abastecimento estima que serão importados aproximadamente 190,0 mil toneladas de algodão, porém em contrapartida serão exportadas cerca de 120,0 mil toneladas de pluma.

Entre os países de quem o Brasil importa algodão, nossos parceiros do Mercosul merecem destaque. Em 1998, Argentina e Paraguai juntos, responderam por 41% das importações brasileiras. Em 1999, a participação deles foi de 54%. No ano de 2000 o Brasil importou do

Mercosul, 83,9 mil toneladas de pluma, que representam 28 das importações realizadas ao longo do ano.

Até 1999, a Argentina era o nosso principal fornecedor de algodão. Em 2000, os Estados Unidos assumiram esta posição. Este salto das importações de algodão proveniente dos Estados Unidos, que passou de 1 para 23% do volume total, é devido a um programa de subsídios às exportações, criado pelo governo americano e denominado STEP 2.

I. PANORAMA ESTADUAL

No início da década de 90, o Estado do Paraná era responsável por mais da metade da produção nacional de algodão e até 05 anos atrás, ocupava a primeira colocação entre os Estados produtores.

Na safra 91/92, a área no estado foi de 704 mil hectares, que produziram quase um milhão de toneladas de algodão em caroço. Naquele ano, as lavouras de algodão empregaram 235.00 (duzentos e trinta e cinco mil) trabalhadores rurais.

Nas últimas safras, o Paraná tem plantado uma área em torno de 55 mil hectares.

Tabela 4 - Algodão - Evolução da Área, Produção e Produtividade no Paraná - 90/91 A 2000/2001

SAFRA	ÁREA	PRODUÇÃO (alg. em caroço) (t)	PRODUTIVIDADE(kg/ha)
1990/91	618.000	1.024.111	1.657
1991/92	704.498	972.804	1.380
1992/93	345.000	448.081	1.298
1993/94	235.000	422.541	1.798
1994/95	282.760	529.977	1.874
1995/96	182.726	287.061	1.571
1996/97	59.722	109.732	1.837
1997/98	115.200	160.853	1.396
1998/99	48.351	100.475	2.078
1999/2000	54.119	125.344	2.316
2000/2001	65.563	148.141	2.259

Fonte: CLASPAR (até safra de 98/99)

* Estimativa SEAB/DERAL

Na última safra, a área de algodão no Paraná foi de 54,1 mil hectares, que produziram 125,3 mil toneladas de algodão em caroço. Após uma pequena estiagem na época do plantio, o clima correu favorável ao desenvolvimento da cultura, tanto é que o rendimento médio das lavouras foi de 2.316 kg/ha, que superou a obtida na safra anterior, que havia sido recorde.

Na safra atual, o Deral está estimando que a área de algodão no Paraná será de 65,5 mil hectares, que deverão produzir 148,1 mil toneladas de algodão em caroço ou 53,3 mil toneladas de algodão em pluma. Esta produção, não é suficiente para atender a demanda das indústrias de fiação instaladas no Estado, a qual é estimada em torno de 80,0 mil toneladas de pluma.

Tabela 5 - Algodão - Produção e Rendimento por Núcleo Regional

REGIÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
APUCARANA	90	187	2.078
CAMPO MOURÃO	18.739	46.171	2.464
CASCADEL	5.063	11.378	2.247
CORNÉLIO PROCÓPIO	610	790	1.295
FRANCISCO BELTRÃO	80	122	1.525
GUARAPUAVA	150	235	1.567
IVAIPORÃ	6.050	14.216	2.350
JACAREZINHO	358	674	1.883
LONDRINA	1.363	3.498	2.566
MARINGÁ	2.599	5.869	2.258
PARANAVAÍ	1.614	3.147	1.949
PONTA GROSSA	10	13	1.300
TOLEDO	9.197	22.859	2.486
UMUARAMA	8.196	16.185	1.975
TOTAL	54.119	125.344	2.316

Fonte e elaboração: SEAB/DERAL

A região de Londrina se destaca pelo fato de ser responsável pela maior produtividade média dentre todas as regiões produtoras de algodão do Paraná. Na safra 99/2000 a produtividade média da região de 171 arrobas por hectare ou 414 arrobas de alqueire.

II - PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A capacidade instalada das usinas de beneficiamento de algodão é suficiente para beneficiar toda a produção do Estado. As cooperativas apresentam uma expressiva participação no processo de beneficiamento da produção do Estado representando cerca de 80% do total produzido.

No setor de fiações de algodão existem atualmente no Paraná 14 fiações operando com uma capacidade instalada de produção de 80.000 toneladas. As cooperativas possuem 05 fiações que representam 62% da capacidade total instalada no Estado. A geração de empregos é equivalente a um emprego direto para cada 10 t/ano de fio produzido.

A capacidade instalada das fiações tem sido utilizada, não havendo problemas com ociosidade.

Atualmente o setor está investindo na modernização, adequação e ampliação das plantas existentes. Os investimentos em novas plantas estão sendo realizados

especialmente no centro-oeste do Brasil junto às zonas produtoras. No Paraná as novas unidades que se encontram em estudo buscam industrializar a produção regional de matéria-prima, para diversificar e agregar valor à produção primária.

A mão-de-obra disponível é qualificada, não havendo necessidade de busca-la fora da região.

A tecnologia de produção utilizada nas fiações pode ser classificada em dois processos básicos: os filatórios convencionais a anel e os open-end com rotores. Nos convencionais, as maçarqueiras estiram as mechas e realizam uma pequena torção para em seguida realizar nova torção, formando o fio, que é enrolado em cones. Nos sistemas Open-end eliminam-se várias etapas com máquinas que numa só operação promovem a limpeza, estiramento, torção e monitoramento, fornecendo o fio enrolado em cones para a etapa seguinte.

Os dois processos promovem nova limpeza da matéria-prima, mas a diferença fundamental entre eles está na espessura do fio produzido. Os fios provenientes do open-end são de título menor (mais espessos) e os filatórios convencionais permitem produzir fios de titulação maior.

Essa espessura, por seu lado, determina a aplicação nos diversos tipos de tecidos e começa a definir o

produto têxtil final. A malharia em geral exige fios de título menor, enquanto a camisaria fina utiliza fios de títulos maiores. Existe uma ampla gradação em todos os segmentos de uso final, indo desde mais finos a fios mais espessos, e a fiação trabalha em função das características determinadas pela tecelagem da qual é fornecedora. É importante ressaltar que essa especialização poder vir a exigir características do algodão em pluma adicionais àquelas utilizadas nas algodoeiras. Ou seja, passam a ser importantes as características laboratoriais do algodão e não apenas as detectáveis por critérios visuais.

O padrão de critérios visuais presente na definição da destinação do fio. A mistura entre tipos maiores (7 a 9) permite fabricar fios para uso em tecidos grosseiros e entre tipos menores (4 a 6), para tecidos mais finos. Entretanto, as características laboratoriais de uniformidade, resistência, comprimento, maturação e finura da fibra influenciam na qualidade do fio e consequentemente do tecido. A uniformidade das fibras permite regulagens, buscando maiores velocidades dos filatórios, porque mechas com grande variação do comprimento da fibra não viabilizam a rapidez operacional.

A resistência e finura das fibras determinam a titulação do fio, pois fibras mais longas, de maior resistência e de maior finura possibilitam confeccionar tecidos finos e resistentes. Isso só é possível pela maior quantidade em cada ponto do fio, maior área de atrito em fibras pelo maior tamanho, além da própria resistência de cada fibra.

Quanto à maturação, grande porcentagens de fibra imaturas aumentam as dificuldades do processo de limpeza das mechas, dado que interfere na qualidade do tecido a que se destina o fio. Essas características laboratoriais são detectadas no final da fiação para orientação sobre qual o uso mais adequado para a matéria-prima produzida.

III - CONCLUSÕES

O algodão representa principal fibra têxtil utilizada no Brasil e nos principais países produtores de tecidos e confecções do mundo. Ainda que a produção das fibras sintéticas tenha avançado tecnologicamente e ocupado parcela crescente das fibras têxteis, nos últimos anos, nota-se uma reversão dessa tendência com o aumento da proporção de utilização do algodão.

O aumento da oferta de matéria-prima no mercado nacional e a demanda aquecida no setor de fibras têxteis garantem ao investidor tranquilidade no seu negócio. A indústria brasileira de fios é extremamente competitiva no mercado nacional e internacional. No entanto existem tratamentos fiscais diferenciados entre os Estados os quais prejudicam em especial as indústrias instaladas no Estado do Paraná.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 242/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, visa instituir o Programa de Incentivo ao produtor de Algodão no Paraná - PARANÁ+ALGODÃO, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FUNDOGÃO e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

Relator ilegível"

Portanto, senhores deputados, é um projeto importante, como eu disse, vital e consistente para a economia do Estado do Paraná, para a nossa agricultura se fortalecer, para a geração de emprego, distribuição de riquezas e o aumento da produção do algodão, no Estado do Paraná.

Quero também neste momento dizer aos senhores deputados, na semana passada estivemos visitando e entregando recursos do Paraná 12 meses a pequenos produtores rurais. Estivemos entregando recursos para os vileiros das Vilas Rurais, no interior do Estado do Paraná.

São vários projetos onde se enquadram esses produtores, e isso me leva a apoiar o Governo do Estado do Paraná e subir a esta tribuna e dizer é que no Brasil o único Estado que incentiva e distribui recursos a fundo perdido, na agricultura, é o governo do Estado do Paraná.

Nós pudemos sentir ali, senhor presidente, senhores deputados, dos pequenos vileiros de Juranda, de Campo Mourão, inclusive nesta semana nós estaremos entregando recursos que foram reivindicados pelos vileiros para a irrigação da Vila Rural do município de Engenheiro Beltrão, no município de Sertãozinho, R\$25.000,00 atendidos pelo governo do Estado do Paraná, para que eles possam ali plantar, possam ali produzir com a irrigação, gratuitamente pelo programa da vila rural, para beneficiar, para ter geração de renda.

Eu, como deputado da região de Campo Mourão, deputado Miltinho Pupio, da qual V. Exa. também tem municípios, e ver o que são as vilas rurais. Só no município de Iretama são cinco vilas rurais. E nós presenciamos porque estamos juntos, vivendo com eles, ver a alegria e a satisfação deles em mostrar sua plantação, sua estufa, seu carneiro, as galinhas, que eles criam, mostrar seus leitões.

(Um minuto para concluir o pronunciamento)

Isto é uma alegria. E temos que dizer aqui o que estou sentindo, o que está sentindo o vileiro lá no interior do Estado do Paraná. São projetos de suma importância, que visam atender às necessidades, para que eles tenham

a geração de renda, porque na verdade eles receberam cinco mil metros de terra, uma casa de 42 m² e pagam apenas R\$22,00 de prestação.

Era isto o que tínhamos, senhor presidente e senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente ocupo a tribuna na tarde de hoje, para dar contas aos colegas parlamentares desta Casa e em especial aos meus colegas parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite. Faço esta explanação inicial porque no dia de ontem, representando esta Assembléia e a Comissão de Inquérito do Leite, estive-mos em Belo Horizonte, onde também estavam integrantes das Comissões Parlamentares de Inquérito do Leite do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, de Goiás e de Minas Gerais.

Além de parlamentares estaduais integrantes destas CPI's nós também tivemos a presença de presidentes e representantes das Federações de Agricultura desses Estados, de representantes da Confederação Nacional de Agricultura e de representantes de Organizações das Cooperativas do Brasil.

Além destas personalidades, também presente estava na nossa reunião o deputado federal Moacir Micheletto, do PMDB do Paraná, que é vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal e que foi designado por aquela Comissão como relator de uma proposta para o setor de leite no Brasil.

E ficaram, na reunião de ontem, ajustados alguns pontos que entendo ser importante os senhores deputados conhecerem, porque a questão do leite é uma questão bastante problemática, bastante grave, porque de um lado o consumidor está pagando um preço que não precisaria pagar pelo leite que adquire a nível de comércio varejista, não precisaria pagar o preço que paga pela maioria dos produtos lácteos derivados do leite, como queijo, doce de leite, requeijão, bebidas lácteas em geral. Mas, paga este preço. E, do outro lado, o produtor rural recebendo, em algumas situações, dez centavos, doze centavos, vinte centavos. E raríssimas são as ocasiões em que o produtor rural recebe mais de vinte e cinco centavos pelo litro de leite produzido a nível de sua propriedade rural.

Ontem mesmo, num relato do deputado Moacir Micheletto, ele anunciava àquela Plenária das CPI's do Leite de todo o Brasil, que na região dele, Assis Chateaubriand, ele como produtor de leite, inclusive tem recebido o preço de doze centavos pelo litro de leite, que posteriormente é comercializado por valores superiores a R\$1,00 varejista.

Peguem V. Exas. prezados amigos aqui presentes o caso, por exemplo, daquele achocolatados, uns chamam de Toddynho, outros chamam de Paulistinha, ou outro nome, qual seja, são 200 ml que na maioria das vezes não são 200 ml de leite, são 200 ml de soro hidrogenado, já é um subproduto do leite e a este soro com uma parcela de leite, muitas vezes em pó, ou mesmo leite natural se adiciona o chocolate em si ou o sabor chocolate, ou sabor morango e este frasco de 200 ml deste achocolatado é vendido na rede varejista por 0,75 centavos três vezes mais do que vale 1000 ml de leite vendido pelo produtor, quer dizer se você multiplicar 5 vezes o achocolatado de 200 ml você vai a valores praticamente de 4 reais, sendo que o litro de leite não se vende a nível de produtor rural nem por trinta centavos e, aí, está uma defasagem terrível.

A mesma coisa acontece no queijo, nos mais diferentes aspectos, as mesmas acontecem no leite. Esta semana e tive a oportunidade de ir ao supermercado em Curitiba e vi lá um leite especial vamos dizer assim, leite com fator ômega, com fator ferro.

O que é isso?

É o mesmo leite com adição de algumas coisas para dar a este leite uma diferenciação.

Este leite que certamente foi adquirido por vinte centavos, está sendo comercializado na rede de supermercado por R\$1,90, R\$1,80, uma diferença terrível entre o preço que recebe o produtor e o preço que paga o consumidor.

Tudo isso foi conversado no dia de ontem, e a idéia é, evidentemente, permanecer com essas reuniões das diferentes CPI's estaduais de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Estamos fazendo um trabalho para que São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo também produzam em seus Estados CPI's, e o deputado Miqueletto levará a sugestão à Câmara Federal para que se crie a CPI do Leite em nível nacional, para que possamos ver não só esses fatores que levaram a composição do preço do leite a nível de mercado interno, porque ainda hoje, pelos dados que foram fornecidos pelas autoridades competentes do País, se importa ao redor de 2 milhões e trezentos mil litros correspondentes de soro de leite.

E vejam, senhores deputados, o preço que se paga por este soro do leite, à razão de 700 dólares a tonelada do soro de leite em pó importado, muitas vezes é maior o preço que se paga pelo soro de leite importado, do que se paga pelo leite produzido aqui dentro do nosso Estado.

Então, são muitas coisas, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia foi instalada pelo deputado Elio Rusch, na semana passada. Nós fomos eleitos presidentes da Comissão, o deputado Plauto ficou como nosso vice-presidente. Nós indicamos o companheiro Cezar Silvestri para ser o relator e o companheiro Eli Ghellere para ser o sub-relator.

Estamos neste plenário já nos antecipando a uma convocação especial que queremos fazer ao deputado

Augustinho Zucchi para que seja o representante da Mesa diretora da Assembléia perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito e faço este convite, deputado, até por uma razão especial, porque V. Exa. é engenheiro agrônomo e como engenheiro militou e milita diariamente na questão do setor agropecuário, na questão do leite.

Então, nós precisamos estabelecer esse relacionamento bastante estreito com a Mesa e V. Exa. na condição de vice-presidente, fica desde já convocado, se assim poderíamos dizer, para nos assessorar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e assessorar esta Casa na produção de um trabalho que esperamos seja um trabalho ágil e eficiente.

Deputado Silvestri, nós trouxemos de Belo Horizonte algumas informações que vamos passar para V. Exa. como relator.

Nós ajustamos com as demais CPI's para que eles nos forneçam os relatórios, as agendas de trabalho que eles cumpriram, os depoimentos. Santa Catarina, inclusive nos ofertou e trouxemos um disquete com o resumo dos depoimentos que foram produzidos, a nível de CPI.

Tenho certeza, que ainda nesta semana, com os contatos que V. Exa. como relator está fazendo e todos os membros da CPI estão fazendo, com o Procon, com o Ministério Público, com o Faep, Fetaep, Ocepar, Secretaria da Agricultura, com a Federação das Indústrias, com o Sindileite, organização das cooperativas, com associações e entidades de classe e que possamos, mesmo no recesso, aproveitar para visitarmos, e já fizemos esse entendimento com as outras Assembléias, e mantermos um entendimento com as assessorias dessas outras CPI's de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Que possamos ter todo esse material disponibilizado e sistematizado, feito uma triagem, para que o deputado César Silvestri, como relator, possa já no início dos trabalhos de fevereiro, nos dar um roteiro de trabalho ágil.

Assumimos também um compromisso com o pessoal de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e outros Estados de que, até o final de março, concluir nosso trabalho e que possamos concluir juntos um só relatório de todas as CPI's.

Concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Quero cumprimentá-lo já na condição de presidente da CPI do Leite. Cumprimentar os demais membros.

Essa comissão terá um papel importantíssimo num setor importante da agropecuária.

Quero também dizer da alegria que tenho em ser lembrado pelos membros da comissão de nos convidar para fazer parte. Vou acompanhar esse trabalho da comissão, vou colaborar naquilo que puder e ajudar. Quero ser um parceiro da comissão. Ser um funcionário para ajudar naquilo que puder.

O Brasil está preocupado com esta questão. Será um dos melhores trabalhos produzidos pelas Assembléias do nosso Brasil.

Quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa tomada, e me colocar à disposição da Comissão e dos membros. Com o deputado Cesar Silvestri como relator, a Assembléia Legislativa do Paraná está competentemente representada nessa comissão. Não é apenas um problema do Paraná, passa a ser uma grande alavanca para ajudar as outras Assembléias, para minimizar ou levantar soluções para esse problema que atinge milhares de produtores do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Orlando Pessuti, primeiramente dizer da responsabilidade que assumimos para ser relator dessa CPI. E também, sem nenhum constrangimento, dizer que aceitamos esse desafio exatamente porque V. Exa. preside esta comissão tão importante, que tem um alcance social muito grande.

Somente nós que convivemos como o pequeno produtor rural, pequeno pecuarista, sabemos da importância e do alcance social que tem essa atividade para as famílias, principalmente, para agricultura familiar, para aqueles que vivem nas pequenas propriedades. Temos uma missão extremamente difícil, de grande responsabilidade, um grande desafio, mas tenho certeza absoluta, que esta comissão presidida por V. Exa. alcançará os objetivos que a sociedade paranaense espera de nós.

Quero aqui, desde já, convocar todos os membros e todos os parlamentares, aqueles que possam nos auxiliar com sugestões, pois contribuirão muito para que tenhamos êxito na nossa missão.

Solicito a V. Exa. uma reunião da comissão, ainda antes do término legislativo para que façamos uma agenda durante esse período de recesso, para que possamos, como V. Exa. diz, desenvolver nosso trabalho desde já e mostrar bastante agilidade.

Quero dizer a todos que é a primeira vez que pego a relatoria de uma Comissão e de uma comissão tão importante e para que V. Exa. tenha idéia, deputado Pessuti, percorri agora alguns municípios da nossa região Centro-Oeste do Paraná, onde a atividade leiteira é extremamente importante e todos eles aguardam com muita ansiedade, com muita esperança, o resultado dessa nossa CPI.

Por essa razão, que peço auxílio a todos, todas as contribuições serão bem-vindas à nossa relatoria.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, peço mais um ou dois minutos, para que eu possa conceder o aparte ao nosso sub-relator, deputado Eli Ghellere.

O Sr. Eli Ghellere

Eu queria nobre deputado, ao mesmo tempo que parabenizo V. Exa. por tão importante ação, já no início

da CPI do Leite, como é chamada popularmente, também prestar um testemunho, da mesma forma que os deputados Cezar Silvestri e Augustinho Zucchi, dizer que a nossa região Oeste do Paraná é uma das mais produtivas no setor leiteiro.

Temos uma pecuária muito forte e a ansiedade é muito grande da população daquela região, não só dos produtores de leite, mas de toda população.

Até já foi dito numa oportunidade por V. Exa. que no interior do Estado existe três dias que o comércio se movimenta de uma forma muito forte: é o dia em que o aposentado recebe sua aposentadoria; o dia que a prefeitura faz o pagamento, que normalmente é o maior empregador do município, e também o dia que os produtores de leite recebem.

Então, a expectativa realmente é muito grande na região, para que nós, da Assembléia Legislativa, façamos algumas ações rápidas. Não podemos esperar, como bem disse o deputado Cezar Silvestri, passar o período de recesso legislativo para fazermos as primeiras ações.

Conversando com o deputado Ademir Bier, nós dois que somos os representantes, vamos dizer assim, do Oeste do Paraná nesta CPI, já recebemos algumas ligação dos Sindicato da região, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e estamos marcando uma agenda, antes do final do ano, para que os produtores possam colocar os seus reclames, colocar as suas reivindicações, para que possamos trazer e alimentar a V. Exa. o maior número de dados possíveis.

Essa é uma ação rápida que pretendemos fazer, já neste ano ainda, e só queria comunicar à Assembléia Legislativa e convidar os companheiros deputados da região, para que possamos fazer esse trabalho em conjunto.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a manifestação do deputado Eli Ghellere e sei, deputado, que esse trabalho que V. Exa. como sub-relator e membro da CPI, junto com os demais integrantes farão em municípios lá da região Oeste, será também um trabalho nosso, dos demais parlamentares da CPI e também aqueles que não são da CPI. Temos onze que são integrantes, temos mais os suplentes, que são integrantes, mas todos os deputados podem contribuir e participar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

É nosso desejo que essas audiências, vamos dizer, menores, possam acontecer. Mas queremos quando formos no ano que vem, realmente desenvolver de forma oficial o trabalho, é nossa intenção realizar pelo menos umas dez ou quinze audiências públicas regionais, no Estado do Paraná, porque pudemos verificar ontem, na prestação de contas que fez Minas Gerais, a importância que foi dada nas suas audiências públicas regionais.

Então, fazer uma audiência pública na região dos Campos Gerais, uma audiência pública na região de Guapuva, uma audiência pública no Sudoeste, no Oeste,

no Noroeste, ali no Norte, no centro do Paraná, no Norte Pioneiro, no Litoral.

Isso será fundamental para nós!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Concede-me aparte, deputado?

(Assentimento)

Ouçõ com atenção a sua viagem, os resultados positivos no começo dos trabalhos da CPI do Leite, e com relação às audiências públicas, já pouco mais de um mês atrás, aconteceu no município de Ponta Grossa uma reunião promovida pelo deputado Abelardo Lupion, que apresentou uma Comissão dentro da Secretaria de Agricultura, para abrir uma investigação, com relação a tudo aquilo que diz respeito ao leite, ao produtor de leite.

E tenho certeza que a nossa cidade, da qual fazemos parte, vai trabalhar em conjunto, vai possibilitar e vai fazer com que nós venhamos a alcançar os objetivos.

Tenho uma série de denúncias que me foram entregues lá naquela região, as quais estarei encaminhando já a CPI, ao presidente, ao relator, para que juntos possamos começar a ouvir as pessoas de laticínios, que nesses documentos lá mostram uma série de irregularidades, onde estão pagando o litro de leite a R\$0,12.

É uma barbaridade, porque o custo de produção é duas, três vezes mais do que isso, e tenho certeza que a CPI vai alcançar o seu objetivo, vai poder nivelar, e quem sabe até mesmo trazer um preço mínimo para o leite no nosso Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana

Me permite um aparte, deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Antes ainda de concluir, concedo um aparte ao deputado Caíto Quintana, pedindo realmente a benevolência da Mesa, para o assunto.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado, até não tenho constrangimento de usar um tempo a mais, sei que o deputado Elio Lino também não tem de ceder, porque o Regimento, quando o assunto é polêmico, político, deve ser cumprido.

Esse é um assunto que interessa a todos nós do Paraná, e a todas as Bancadas com assento nesta Casa, independente do partido a que pertencem.

Só quero dizer a V. Exa. que este talvez seja o assunto mais importante que se possa tratar, e que o período do recesso que nos permite maior ausência desta Casa, talvez possa ser aproveitado inclusive com maior intensidade esse assunto. Eu até estava fazendo outro trabalho no gabinete e subi para testemunhar esse fato.

Os municípios pequenos, deputado Pessuti, aos modos daquele que represento e daquele que moro inclusive, tem hoje no leite, a atividade que dá a maior segurança para as famílias dos pequenos proprietários.

Veja bem o que lhe digo, dá a segurança, porque o produto básico ainda continua sendo o feijão, o milho, a soja, e tantos outros. No entanto, isso são safras sazonais que podem dar ou não dar.

O leite, é aquele dinheirinho do dia-a-dia, que família com vacas, sem muita genética, mas estão ali tirando todo dia, sobrando um dinheirinho para poder pagar o mercado, a farmácia.

Então, me coloco à disposição, da mesma forma, para trabalhar em cima desse projeto.

Temos reunião marcada, deputado Pessuti, na região, para discutir isso com os produtores de leite, e queria fazer aqui um convite, V. Exa. que é veterinário, por diploma, não por profissão, nos ajude a participar, para poder levar esses conhecimentos e esses fatos que estão acontecendo no Brasil inteiro.

Para que possamos integrar o pequeno produtor de leite do Paraná, nessa grande luta, que haverá de levar, sem dúvida alguma, encontrar uma solução no Estado e no País, para essa atividade tão importante e que hoje está se apresentando como uma das grandes atividades de sobrevivência da pequena propriedade, de manutenção do pequeno proprietário.

Agradeço o aparte de V. Exa. e a benevolência da Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, concluo o meu pronunciamento agradecendo ao aparte do deputado Caíto Quintana, do Plauto Guimarães, do Eli Ghellere, do Cezar Silvestri e do Augustinho Zucchi, agradecendo também a audiência e a atenção dos colegas aqui presentes.

Sei que muitos gostariam de fazer o seu aparte e só para que fique para reflexão desta Casa: o PIB do leite é três vezes maior do que o PIB da laranja. O PIB do leite é duas vezes maior do que o PIB do café. Só para pegar esses dois exemplos e para o suco de laranja e para a laranja existe um programa nacional cuidando dos negócios e dos assuntos da laranja e também para o café que teve inclusive um Instituto Brasileiro do Café que cuidava dos seus interesses e para o leite não tem. E sem falarmos na questão da importância do leite no aspecto da agricultura familiar, do volume de mão-de-obra que ele assegura.

E como disse o Caíto Quintana: por menos que seja, o leite pinga todos os dias lá no balde e gera uma receita. Lá em Minas Gerais foi dado um depoimento da produção de leite em que se consegue no Vale do Jequitinhonha, onde por ano não chove oitocentos milímetros e lá também, mesmo na ausência de chuva, mesmo sendo um clima seco e com falta de água, as vacas produzem leite.

Até fizeram uma brincadeira: mas como é que produz? Não, lá elas já produzem o leite em pó, porque não tem água para elas beberem, então já sai o leite em pó.

Era isso, senhor presidente, era isso, senhores deputados. E finalmente dizer que lá nas Minas Gerais já

surtiu efeito do trabalho da CPI e tenho certeza aqui também surtirá.

Quando há dois meses atrás começou a CPI, o preço médio do litro de leite Longa Vida vendido era de R\$1,47 e ontem o preço médio era de R\$1,02. E lá se conquistou uma coisa que nós haveremos de conquistar aqui no Paraná também, que foi a fixação prévia do preço a ser pago ao produtor, porque hoje o produtor entrega, vai receber daqui quarenta e cinco dias, e só fica sabendo quanto vão lhe pagar pelo litro de leite no dia em que ele recebe o pagamento. Lá já se determinou: se estabelecer de forma antecipada, porque aí o produtor, deputado Elio Rusch, decide se vai dar mais ração concentrada para a vaca para que ela, ao invés de produzir trinta, produza cinquenta, ou então se ele vai dar menos ração, vai investir menos para que ela, ao invés de produzir trinta, produza quinze comendo o pasto, mas por custo bem mais favorável. Então, lá já produziu efeitos e tenho certeza que aqui também produzirá.

Era isso, muito obrigado, e fico lhe devendo a metade de um Grande Expediente quando vier a esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente e senhores deputados.

Ontem protocolei nesta Casa um projeto de lei que estabelece os procedimentos e responsabilidade relativos ao controle de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. Esse projeto é fruto de um estudo que se desenvolveu desde o início do ano no Ministério Público do Meio Ambiente com a participação dos técnicos da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Tuiuti, do IDEC, da Secretaria da Agricultura, da Emater e em poucas vezes da própria Sanepar.

Esta Comissão, esse grupo de estudos originou-se da denúncia que no início do ano o deputado federal Max Rosenmann do PMDB fez, da qualidade da água de Curitiba e da Região Metropolitana.

Com base na denúncia apresentada ao Ministério Público do Paraná, ao Ministério do Meio Ambiente, ocorreram estudos e reuniões semanais, e a comissão promoveu agora no final de novembro, no Instituto de Engenharia do Paraná, com patrocínio do Instituto de Engenharia, do Ministério Público do Meio Ambiente, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA), um seminário: Água, Problemas e Soluções para o ano 2001: Esse seminário contou com a participação dos técnicos mais renomados deste País e até de técnicos internacionais, que ao seu final apresentaram um relatório parcial sobre a qualidade da água de Curitiba, denunciando a presença de coliformes e de elementos cancerígenos em razão de todas as análises que foram fei-

tas pela Universidade Federal do Paraná e pelos laboratórios mais renomados de análises clínicas deste Estado. E ao final deste seminário, foi apresentada proposta de uma legislação que versa exatamente das responsabilidades inerentes ao controle, a vigilância, da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade em todo o Estado do Paraná.

Não é uma legislação exclusiva de Curitiba e Região Metropolitana. Nós enfrentamos problemas de poluição da água para o consumo humano em todo o Estado do Paraná. Em cada região nós temos um fator poluidor, no Norte do Estado principalmente a agricultura, no Norte e no Oeste do Paraná, onde há uma cultura intensiva de soja, trigo e de milho, há uma utilização muito grande de agrotóxicos e, portanto nas análises químicas, tem se percebido a presença deles na água em diversas regiões do Estado. Em outras regiões nós temos a incidência, principalmente nos grandes centros urbanos, da contaminação da água por coliformes fecais pela presença de excesso de cloro, principalmente porque a água poluída tem chegado às estações de tratamento da Sanepar e tem exigido...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulta V. Exa. se deseja usar o horário da Liderança do PT?

O SR. HERMES DA FONSECA

Pois não, vou usar.

...tem exigido um tratamento com excesso de cloro e que, conseqüentemente, provoca a presença de elementos cancerígenos na água, como já foi informado e noticiado durante toda essa semana que passou pela imprensa do Paraná, através das opiniões exaradas pelos técnicos da Universidade Federal do Paraná.

Portanto, o que se propõe aqui, através deste projeto de lei, é que se abra uma ampla discussão nesta Casa, que esta Casa possa convocar, através das Comissões ou mesmo através da própria Mesa da Casa, audiências públicas para que esse assunto de relevante interesse do Estado do Paraná e mais do que isto de relevante interesse para a sobrevivência dos paranaenses que aqui vivem, que aqui consomem a água no seu dia a dia, não só água para o consumo humano, mas também a água para os demais fins das atividades econômicas que desenvolvem neste Estado. É preciso que haja evidentemente uma grande participação da sociedade no debate das questões propostas nesta mensagem, que foi elaborada com assessoria dos técnicos mais renomados no Paraná, das universidades, do Ministério Público do Meio Ambiente, de professores de outras comunidades e professores que estiveram aqui no seminário e que foram consultados sobre esta proposta de legislação e que opinaram para que depois pudessemos elaborar e protocolar esta mensagem aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Desejo e espero que se tenha um amplo debate sobre esta questão. Com toda sinceridade, porque é pre-

ciso realmente que nós tenhamos no Paraná uma legislação que, além de orientar a comunidade para a qualidade da água e garantir o seu consumo, é preciso também que se desenvolvam hábitos no sentido de evitar a poluição dos nossos mananciais, que se desenvolvam hábitos do uso adequado da água racional sem desperdício, porque todos nós sabemos que a água já é um problema mundial e será um problema num futuro muito breve se a sociedade, se os humanos não tiverem a precaução e a preocupação em preservar aquilo que existe de mais rico, desse bem essencial que é a água para o mundo onde vivemos.

Além disso, senhor presidente, eu gostaria também de dizer aqui na tribuna que lamentavelmente ontem este Plenário aprovou a constitucionalidade do projeto proposto pelo deputado Ricardo Chab, que de forma desleal e até antiética se pronunciou nesta Assembleia quando nós estávamos ausentes do Plenário, porque fomos chamados pela imprensa lá atrás e naquele momento, quando se colocou em votação o seu projeto, ele se rebelou contra o Parecer da CJ.

Eu venho aqui para dizer que sustento o parecer da CCJ, que propus à CCJ, que foi aprovado por unanimidade, que eu sustento este parecer em qualquer Tribunal do País, que o projeto é ilegal e inconstitucional.

A Casa aprovou um projeto inconstitucional e ilegal ontem aqui, talvez exatamente por este descuido ou por este lapso que nós tivemos quando fomos chamados pela imprensa, e naquele momento a Casa colocou em votação a constitucionalidade de um projeto de lei.

É preciso que os parlamentares, os companheiros saibam em primeiro lugar que não se pode fazer a confusão entre empresa pública e sociedade de economia mista. O nosso parecer é correto, é legal, e portanto, o projeto que está tramitando nesta Casa é um projeto inconstitucional.

Eu gostaria que o deputado Ricardo Chab pedisse para rever as notas taquigráficas de ontem, porque ele foi desleal, não comigo, que fui relator, mas com toda a Comissão de Constituição e Justiça que aprovou por unanimidade um parecer pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade. E repito que este parecer que foi exarado na Comissão é defensável em qualquer tribunal deste País.

Esta Casa pode rever a sua posição a partir de hoje, na votação, para não cometermos o erro de estarmos aprovando aqui matéria inconstitucional que vai bater lá no Palácio, e se não for rejeitada, na justiça ela será contestada.

Portanto, esse registro que faço e peço exatamente que o deputado na Sessão de hoje possa ter a oportunidade de corrigir o seu equívoco. Quem se equivocou foi ele ao se pronunciar daquela maneira na tarde de ontem.

A Comissão está correta, certa, e o parecer permanece pela ilegalidade constitucional do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Mais uma vez o assunto é educação, mais uma vez, deputado Waldyr Pugliesi, a secretária Alcyone Saliba mexe com a comunidade escolar sem antes ouvi-la. Lamentavelmente, a secretária agora cria um clima de terror nas escolas estaduais, levando os pais ao desespero, ficando naquela dúvida; onde é que meu filho vai estudar? Numa escola estadual onde ele já está ou numa possível escola municipal que ele nem sabe aonde é que fica?

Esta é a situação que tem se verificado em Curitiba nesses últimos 20 dias. Várias escolas estaduais, na eminência de serem transformadas em escolas municipais, em função da municipalização, essas escolas estão sendo anunciadas que serão fechadas e os alunos dessas escolas terão que se matricular em escolas municipais.

Isto vem acontecendo na Escola Estadual Artur de Macedo Ribeiro. Ela está em processo de municipalização, os professores até concordam, porém, a escola municipal mais próxima, - para quem não sabe, a Escola Artur Ribeiro de Macedo fica no bairro Seminário - está lá no Jardim Santos Andrade, que é para lá da ponte que separa o bairro Seminário do bairro Barigüi e que já vai fazer divisa praticamente com Ferraria, município de Campo Largo.

A Escola Artur Macedo de Ribeiro fica aqui no bairro Seminário, próximo à igreja, numa área bastante populosa, onde as crianças ali estudam já há anos, e ela agora sofre o processo de municipalização.

Da mesma forma, amanhã nós vamos ter um protesto na Escola Estadual Ivo Zanolorenzi, que fica na Rua Eduardo Sprada, próximo à Igreja do Campo Comprido, deputado Marcos Isfer, V. Exa. e eu, que conhecemos bem a nossa Curitiba, sabemos da distância de uma escola para a outra, sabemos que em determinados pontos de Curitiba as escolas municipais estão muito mais lá na periferia do que aqui na parte mais central da cidade. E são essas escolas da parte central da cidade que estão sendo fechadas, que são as escolas estaduais.

Aí, como é que uma mãe vai ter tranquilidade, cujo filho estuda aqui, a menos de 3 kms do ponto central de Curitiba, que é a Praça Tiradentes, do marco zero da cidade, e a escola municipal está a 5 kms além dos outros 3?

Eu vou dar um exemplo, a Escola Aline Picheth, que fica aqui atrás do Palácio do Governo, uma escola estadual, se ela estiver no processo de municipalização, deputado Marcos Isfer, a próxima escola municipal estará lá no antigo Estribo Ahú, lá no bairro Ahú, onde eu resido, lá no Ahú de Cima, ou então, lá no bairro do Abranches, próximo ao Cemitério, próximo à igreja, próximo à sociedade centenária, que é a Sociedade do Abranches.

Esse processo de municipalização não foi discutido com a comunidade. A comunidade está sendo pega mais uma vez de surpresa, como foi naquele decreto que fechava algumas escolas em função do porte escolar.

É preciso chamar a atenção da secretária, ao Governo do Estado, que realmente primeiro peça-lhe que discuta com a comunidade, no sentido, de que nós possamos ter tranquilidade.

É final de ano, os pais estão preocupados se o filho passou o ano escolar ou se não passou, aonde que vai estudar o ano que vem. Acredita que vai continuar naquela mesma escola.

De repente, vem a surpresa, aonde meu filho vai estudar? Este é o grande problema. De manhã estive na Escola Artur Ribeiro de Macedo, amanhã estarei na Escola Estadual Ivo Zanolorenzi para esta reunião com a comunidade. Espero que a secretária de Educação, que tem tempo de visitar os jornais da cidade, de fazer visita, ao Jornal do Estado do Paraná, ao jornal Gazeta do Povo, que ela também tenha tempo de fazer visitas às escolas de Curitiba, que muito pouco ela faz isso, ou quase nada.

Então, que vá amanhã ou mande um representante para discutir com a comunidade de Campo Comprido. A reunião vai acontecer na Rua Eduardo Sprada, na própria escola. Primeiramente, é uma reunião para debater o problema. Conforme o que ocorrer nessa reunião, a partir daí o protesto.

Evidentemente a comunidade quer saber como vai proceder, de que forma vai acontecer essa municipalização. Qual é a garantia que o filho terá numa outra escola mais próxima?

Esta é a preocupação que nós temos e trago aqui para esta Casa, porque embora pareça um assunto de área de Câmara Municipal de Curitiba, mexe com as escolas estaduais. Pergunto: o que será feito daqueles prédios aonde estão as escolas estaduais cujos prédios receberam homenagens de professoras falecidas, de governadores já falecidos, que será feito desses prédios? Para onde eles vão? Qual é a destinação? Vão fazer parte, também do Fundo de Previdência do Estado? O prédio do IPE, para onde vai?

Queria chamar a atenção para essa problemática que está se verificando na educação do Estado do Paraná. É necessário discutir com profundidade, os pais estão realmente apavorados com o que está acontecendo.

Permito o aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado Algaci Tulio.

Como disse V. Exa, que conhece bem o município de Curitiba, já que por duas vezes foi o seu prefeito, ocorre que não é assunto de Câmara Municipal, porque isto está ocorrendo em todo o Estado do Paraná. Começou com o desmanche das escolas agrícolas, que foram simplesmente extintas; acabaram com o ensino técnico e agora com essa municipalização, pretendem acabar com as escolas que, sem sombra de dúvida são normalmente as principais escolas de Curitiba.

Todas as escolas que citou, Aline Picheth e tantas outras, têm já por tradição um número de alunos muito grande, por isso têm boa qualidade de ensino.

Parece-me que se faz o desmanche da Educação Pública, para arremeter à Educação privada. Só posso entender que seja dessa forma.

Estão tentando acabar com as condições das pessoas terem e manterem seus filhos, como nós fizemos, tenho certeza que V. Exa. também, e outros deputados aqui, que fizeram toda a sua escolaridade em escolas públicas. Esse desmanche não pode ser de forma alguma aceitável!

O que é pior em todos os momentos nós temos notado uma posição inflexível por parte da secretária de Educação, que fala que tem que adequar custos e em momento algum vê o problema da Educação do Paraná, da qualidade da educação e o esforço feito por tantos governantes anteriores para que o Estado do Paraná pudesse ter boas escolas.

O SR. ALGACI TULIO

Fica o nosso protesto e a expectativa que a secretaria venha discutir com a comunidade, de peito aberto, no sentido de que possa ter o devido esclarecimento a respeito da municipalização que até agora não saiu do papel e até agora apenas fica em comentários, em posições e informações, que nem sequer as diretoras de escolas que possivelmente serão municipalizadas, têm uma informação oficial se vai ou não acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao senhor deputado Carlos Simões e ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, fiz um entendimento com o deputado Carlos Simões e ele me fez a gentileza de ceder o horário do Grande Expediente.

Senhor presidente, faço uso da tribuna para trazer ao conhecimento da Casa, que na última sexta-feira o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, na pessoa do seu presidente, deu entrada numa Ação Popular na Justiça do Paraná, no sentido de ser analisado e anulado o contrato entre a Copel e a Companhia de Interconexão de Energia, uma empresa formada com 20% de capital da Copel a 80% da Endesa, empresa espanhola, com sede na Argentina.

Quando da firmação deste contrato, o governo do Estado do Paraná, na sua ânsia da apologia e no momento em que se questionava que o país deveria viver um black out energético, e por conseguinte, nós teríamos a nossa economia paralisada, o governo do Estado do Paraná achou o mote necessário para que ele pudesse estabelecer um contrato que, ao nosso ver, é o ver daqueles que olham o interesse do Paraná, na ótica do interesse coletivo, do interesse público é lesivo a este Estado, Por quê? Porque adquiriu a Copel desta empresa formada pela Endesa e pela Copel, 400 megawatts/hora de energia firme e este compromisso só vem acarretar à empresa

paranaense, porque nós não temos necessidade de aquisição de energia, por sermos superavitários na produção de energia. Produzimos 44.545 megawatts/hora e a demanda é de 3700, sobrando 800 megawatts/hora, enquanto que com esta compra, o governo encontrou um sócio fácil para introduzir aquela empresa que todos conhecemos, que é a Tradener Ltda. Mais uma vez o governo coloca a Tradener, e com alguns detalhes a mais!

Além dessa compra, e o contrato está em nosso poder, estabelece condições extremamente desvantajosas para o Estado, via Copel. Por quê?

Porque tem que bancar através do critério “take or pay”, isto é consome ou não consome paga-se pela energia contratada. Ora, se nós temos, deputado Zucchinho, sobra de energia e estabelecemos um contrato deste nível, evidentemente, nós iremos bancar lá na frente como custo, porque nós inclusive não temos essa demanda!

São 10 milhões todo mês que se tem que pagar em uma empresa de capital espanhol, inclusive tendo no meio desta cobrança o Santander, outro banco espanhol. E isso está tudo em contrato firmado em 99, em 98 e em 2001, mostra que a Copel hoje não consegue encontrar um preço justo no mercado, mesmo que nós sejamos contrários à sua venda. Se ela hoje não encontra um preço não é porque a empresa não consegue produzir resultados, deputado Ângelo Vanhoni, é que o resultado que a empresa sempre produziu, hoje está sendo drenado por estas empresas laranjas e gambiarras que se estabeleceram em torno da Copel. Esta é uma. A Sien serviu única e exclusivamente para poder valorar a compra da Copel, mas não pelo interesse paranaense, mas sim pelo interesse Endeza. Os auditores, quando pegaram, quando foram analisar o patrimônio da empresa, viram e constataram um contrato que agravava a empresa em 230 milhões, que é a multa, evidentemente foi subtraído do valor a ser estabelecido como mínimo para a venda da Copel.

Agora, se por outro lado se subtraiu este valor do patrimônio, quem for comprar já está ganhando 230 mil reais, deputado Nelson Tureck. E do outro lado, tem a multa de valor idêntico, porque é o valor da subtração do patrimônio, porque é o ônus que agrava a empresa. Do outro lado, quem estava na ponta, quem tivesse que romper o contrato, recebia 230 milhões, E quem iria acessar esses 230 milhões? Oitenta por cento dele seria a Endeza!

Então, nós já estávamos perdendo para empresa espanhola, aproximadamente 400 milhões de reais. É 10% do que vale a Copel. Quer dizer, isso foi tudo tramado, concluído em junho de 2001.

Então, não dá para nós fecharmos os olhos e vermos o nosso patrimônio sendo entregue desta forma. Se não bastasse, toda a questão da discussão é em Paris. A discussão desse contrato vai ser feita na capital francesa, Paris.

O reajuste é em dólar, sobreposto da inflação americana. Não tem nada que possa prevalecer no interesse do Estado do Paraná, do interesse da economia do nosso

Estado. Prova disto é o que estabelecem algumas dessas cláusulas. Olha só, através de uma Ata Extraordinária do Conselho de Administração da Copel, às folhas 126, item 5: “Cria, fica criado o fundo de liquidez de energia, com o propósito de conta específica no ativo e contábil da companhia, equivalente a 47 milhões de reais a ser formado até março de 2002, com aporte inicial de 40 milhões de reais e demais aportes, de acordo com a configuração do fluxo de caixa da Copel, porém com um aporte mínimo de R\$3.000.000,00, ao mês

E lá vai o seu diretor financeiro e faz uma explanação dos recursos do fundo de liquidez de energia” - “Deverão ser aplicados em títulos referenciados em moeda nacional, com relação ao dólar e retorno compatível com o retorno do investimento alcançado”.

Considerando o excedente de energia em relação ao mercado cativo paranaense, até 2002, em decorrência com os contratos firmados com a CIEN, com a empresa UGV, de Araucária, mostra que as coisas estão conectadas, desde o início, quando se estabeleceu a venda, a possibilidade da venda da Copel, todo arcabouço foi montado. Para quê? Para que a Copel ficasse refém!

E aí hoje, o resultado, mostramos o balanço e podem ter certeza, nós teremos dificuldades maiores do que as apresentadas até agora por estes contratos. Teremos dificuldades maiores porque em março vence um contrato de empréstimo de 3000.000.000 de euro-bônus, e a Copel, com certeza, não terá estes recursos.

Vai valer a afirmação profética do governador do Estado, Dr. Jaime, arquiteto Jaime Lerner e do seu secretário presidente da Copel, Ingo Henrique Hubert, que a Copel não seria viável. Ela realmente está se tornando inviável, por estas razões!

Se continuar o processo, vai aprofundar e daqui a pouco, nós vamos ter que fazer outra operação salvamento, da Copel, como foi feito com o Banestado. Aí realmente nós vamos ter que fazer a liquidação da Copel.

Este é o grande problema que se avizinha. Se isto continuar a acontecer, com certeza estes contratos de Tradener, Ecoelectric, contrato da Cien, contrato da UGV, Araucária, somado a Foz do Chopim, com certeza a situação vai ficar muito mais complexa!

E aqui, senhores parlamentares, tem a assinatura de todos os nossos diretores Fernando, Ingo Hubert, Lindolfo Zimmer, e o nosso Schumann, mostrando que, não tenha dúvida, o contrato está perfeitamente adequado à legislação mas não cumpre o interesse nacional.

O que diz a legislação em seus artigos 37 e 27 da Constituição do Estado? Também foi violado o princípio da transparência! “A administração pública direta ou indireta, trades, fundacional de qualquer dos poderes do Estado e dos municípios, obedecerá o princípio da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e também aos seguintes: da inusitada confidencialidade, quase todos os contratos, quase todos os termos econômicos firmados pela Copel com esta teia, esta rede de empresas a drenar o resultado da Copel, vêm com a cláusula que pas-

samos a conhecer muito, não usual no mundo jurídico, que é a da confidencialidade. Esta também, deputado pastor Edson Praczyk vem aqui com o conceito da confidencialidade. São recursos públicos, recursos de natureza pública que tem sobretudo, de ser transparentes! Esta Casa, como a sociedade, teria que conhecer estes contratos e nós estamos a conhecer só agora!

O que disse o presidente da Companhia, numa nota pública, esclarecendo à sociedade paranaense ou tentando esclarecer à sociedade paranaense, com dinheiro pago de recursos públicos: “Em relação às parcerias que a Copel mantém com investidores, que têm sido objeto de noticiário pela mídia, o presidente Ingo Hübert, na defesa dos reais interesses da Companhia, emitiu a seguinte nota: “Com a nítida intenção de instalar na opinião pública um clima de inquietação e mesmo de desconfiança com os atos da Copel, opositores do processo de desestatização têm alavancado na imprensa matérias envolvendo as parcerias da empresa com empreendedores privados, embalados com escândalo e repercutidas sob uma ótica denunciata para assim adquirir mais facilmente contornos de verdade. Diversas associações passaram a figurar com alvos preferenciais destas pessoas e suas atividades, questionadas inclusive no foro judicial. De nossa parte queremos informar que todas as participações da Copel em outras empresas e empreendimentos, caracterizam-se pela mais absoluta lisura, baseados que são em leis específicas que lhe servem de alicerce jurídico”.

Ora! Não dá para ter crédito um governo que com certeza não cumpre o compromisso legal de fazer a defesa do interesse público do nosso Estado! É assim que a Copel, aos poucos, vai sendo drenada, a Copel aos poucos vai sendo levada e sem que a sociedade possa ter nenhuma atitude. Não foi por falta de iniciativa. Não foi por falta de determinação. Não foi por falta de denúncia. Mas a Copel que queremos, gera energia, progresso, emprego, renda. Deve ter gestão compartilhada e supervisionada. Deve ser transparente e ter compromissos legítimos com os proprietários, no fundo, e como de verdade, é o verdadeiro povo do Paraná.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado José Maria Ferreira, na verdade nós estamos aqui falando para um grupo minoritário, levando documentos comprobatórios das palavras que se emitem aqui na Oposição.

A Assembléia Legislativa não tem janela. E a imprensa não repercute os dados reais, verdadeiros, comprobatórios de todas as falcaturas, desmandos. V. Exa. traz cópia da ata. E não é uma! Quantas vezes eu falei, aqui: para quem foi vendido 111 bilhões de ações da Copel? Aonde foi parar o dinheiro?

O governo silencia. Naquela audiência pública do Banestado, fiz esta pergunta por escrito e o secretário da Fazenda me disse: “remeteremos, oportunamente, a resposta” A resposta não veio.

Então, eu não sei. Parece que o Paraná de gente trabalhadora, de empresários honestos, o Paraná que viveu nos seus 147 anos de história e construiu uma dívida de um bilhão e quatrocentos milhões e que hoje o governo Lerner aumentou em oito vezes e meia a dívida, que em 96 o Paraná tinha de ativos a receber, 1,3 bilhões. Hoje, tem, 3,5 bilhões. Então o Estado não arrecada a dívida que tem junto aos sonegadores, pelo aparelho ineficiente na cobrança, porque está aqui constatado nos fatos.

Agora, o Estado não cumpre o seu dever de cobrar dos inadimplentes, e sabe o que o Estado quer fazer, deputado José Maria?

Quer aumentar a alíquota dos impostos, mas está aqui o gráfico da dívida ativa que era de um bilhão trezentos e quarenta milhões sessenta e sete, em 96, pulou para o ano de 2000 três bilhões quatrocentos e cinquenta milhões e quatrocentos mil!

Quem é que o governo está deixando de cobrar?

Por que o governo omite o seu dever fundamental de cobrar os sonegadores?

Será que são parceiros do mesmo negócio, que aliás ouvimos com tristeza no passado deste governo “Governar é a arte de repassar dinheiro público a iniciativa privada”?

Olha, eu não estou entendendo mais nada, deputado José Maria, porque não valem os documentos, os gráficos dos técnicos, isso aqui se ignora.

Então, eu quero comungar com V. Exa. nesse desafo que faz, entendendo mais uma vez que nós estamos engessados aqui, porque o governo Lerner gastou o ano passado 67% a mais de publicidade e propaganda do que gastou no ano 2000, e por que quer aumentar a alíquota dos impostos se ele gastou 500 milhões de reais em propaganda e publicidade, por que aumentar a alíquota?

Não é o mesmo povo que vai pagar esse aumento da alíquota?

Aquele que eventualmente ele queira dar algum benefício no ano eleitoral no ano que vem, como é que nós podemos engolir um governo que deseja aumentar os impostos dos pobres para fazer de conta que vai ajudar aos pobres?

Como é que nós podemos aprovar o aumento da alíquota?

Como é que nós queremos que ele invista mais se tem um contrato com o Banco Central que ele não pode investir mais do que 9% da sua receita senão ele não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal?

Como é que o governo tem a coragem de iludir, enganar a base que lhe dá sustentação, se ele tem um contrato assinado com o Banco Central que ele tem que fazer isso e aquilo?

E quer ainda vender, vender, vender os nossos ativos! Então deputado José Maria nós estamos colocando nos Anais da história da Assembleia os fatos reais, por isso cumprimento V. Exa. que faz um pronunciamento competente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte com toda a sinceridade; só vem a engrandecer porque V. Exa. tem sido um dos deputados que têm feito um trabalho sério na busca de números, valores, mostrando a realidade da situação financeira.

E aí, mais um dado V. Exa. traz a esta Casa e ao conhecimento da sociedade paranaense: o 1% que está para ser votado, aqui, vai gerar aproximadamente 200 milhões/ano de receita. Enquanto o Estado tem 3 bilhões para receber dos sonegadores e nós vamos jogar sobre as costas do contribuintes mais duzentos milhões este ano e vamos deixar de cobrar daquele que já deve ao Estado!

Por estas razões e por tantas outras é que o cumprimento. Só dizendo que a imprensa, deputado Neivo Beraldin, na medida do possível tem publicado, sim, as dificuldades. Sei que vossos números são muitos, mas a falcatura é muito maior do que o espaço que a imprensa tem para fazer esses dados.

Temos três formas de enquadrar as atitudes deste governo. Primeiro, a improbidade administrativa. Segundo, a ausência de transparência, embora o governo tenha editado um decreto específico para tornar o processo transparente. Mas a transparência não está na lei, no Diário Oficial/ ela está na conduta dos homens que regem os destinos e os recursos públicos. E aqui não estamos vendo.

Terceiro: gestão temerária - por que fazer um contrato, estabelecer um contrato de fornecimento de energia firma no conceito talk-walk operate por um período tão grande? Ainda mais, quando o Estado é superavitário na produção de energia. Paga mesmo que não consuma. Isto é 10 milhões - mês.

Se estes fatos estão a ocorrer, só devemos a edição em 19.06.1997 por esta Casa, da Lei 11.740, que permitiu que estes fatos pudessem hoje estar acontecendo. Que estes fatos pudessem agravar o patrimônio do Estado do Paraná. Como agravado está pelo Foz do Chopin. Uma empresa constituída com 16 milhões de capital, entre a ADM e a Copel. A ADM entraria com 10.300; a Copel entraria, a princípio, com 5.700. Dados com bens da antiga usina Júlio Mesquita Filho. Inclusive sem um documento sério de avaliação. Foi simplesmente entregue a uma empresa particular, num consórcio onde a Copel é minoritária. E, mais uma vez, além de garantir a compra firma por 28 dólares lá no início, para entregar a energia a um custo muito mais barato.

Se não fosse só isto, dos 16 milhões integralizados, em fevereiro houve um escalonamento. Dezenove milhões de reais integralizados com recursos da Copel num contrato de empréstimo de 26 milhões e a Copel só tinha participação de 34% representando 5 milhões e 700.

Entretanto, dos 19 milhões foram mais 3, mais 5, mais 2 com as datas do contrato que estão sobre a minha mesa de trabalho, integrando 26 milhões, para, oito meses depois, assinar um contrato em que a empresa valeria 23 milhões de reais. Foi colocado 5 milhões e 700 mil reais dos bens da antiga usina Júlio Mesquita, mais

10 milhões de ADM e mais 26 de empréstimo da Copel, para depois entregar e dizer que valeria 23 milhões de reais. A “Gazeta Mercantil” do dia 11 de outubro do ano em curso, publicava estampada: “Copel inaugura Usina de Foz do Chopim”.

O senhor sabe, deputado Cezar Silvestri, o governo disse que investiu quarenta milhões e a empresa, nessa data, valia vinte e três milhões. Os dados do contrato estão sobre a minha mesa.

Aqui, ainda temos a seguinte expressão: “está prevista a compra pela Copel de duzentos megawatts/hora de produtores privados, suficientes para atender todo o parque industrial de Curitiba.”

Ora, quando é que o Paraná precisa de energia comprada, a não ser para fazer lucro extra a empresários apadrinhados ao Poder?

Com aparte o deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado José Maria, escuto atentamente o vosso pronunciamento e lamento profundamente.

Esses dias vi, em tom de brincadeira, de que o governo Jaime Lerner é um governo que usa o dinheiro público para favorecer a iniciativa privada. A pessoa falava brincando, dando risada, como se não tivesse nada com isso, esquecendo que sendo um cidadão paranaense, a responsabilidade é de todos nós.

E cada vez mais fica claro, que essa brincadeira que esse cidadão fazia é verdadeira. Ouvi alguns deputados da base do Governo defender a privatização da Copel, porque ela está extremamente mal administrada; porque os salários dos diretores são altíssimos; porque maus negócios estão sendo feitos.

Agora, não podemos esquecer que o governador Jaime Lerner está no governo há sete anos, e quem indicou o Sr. Ingo Hubert para presidir a Copel, foi ele! Não premiou somente com a presidência, mas também, com a Secretaria da Fazenda. Então, é uma pessoa que goza da confiança do governador.

O que ficamos estarecidos é em ver que a cada dia que passa, vemos um novo contrato, uma nova denúncia, um novo favorecimento. Uma hora é a Tradener que favorece o Grupo Gulim; outra hora é Foz do Chopin que favorece a construtora tal. Enfim, formou-se, na verdade, em roda da Copel, vou usar um termo pesado, mas não existe outro termo, uma grande quadrilha para favorecimento e destruição da Copel.

Há quem diga e tivemos uma reunião no Instituto de Engenharia, quando se comemorava o dia do engenheiro. E vários engenheiros, inclusive, alguns professores nossos, dizendo que a Copel está totalmente destruída. Que se nós observarmos o balanço da Copel deste ano é muito provável que a Copel apresente um lucro muito pequeno ou até prejuízo, pela má administração.

E o que é pior, vemos deputados da base do Governo criticando aqueles que estão na direção da

Copel e não tomam nenhuma atitude em demitir essa pessoa que está dirigindo essa empresa, dilapidando o patrimônio público e destruindo a melhor empresa de energia elétrica do Brasil.

Nós devemos tomar um posicionamento, quero me somar a V. Exa. e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Até porque V. Exa. tem estudado com profundidade esse assunto, e tem enriquecido todos nós aqui no Plenário da Assembleia Legislativa com os seus pronunciamentos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o vosso aparte, deputado Cezar Silvestri e com certeza, pela sua seriedade, só vem engrandecer o meu pronunciamento.

Mas, se não bastasse os vinte e seis milhões que acabamos de dizer com relação à Foz do Chopim, tem mais cento e cinquenta milhões pela UEG Araucária, em condições compatíveis com as do mercado. “É empréstimo!”

Aqui no Paraná o empresário tem tudo, tem inclusive as benesses do governo para abrir e se associar ao Governo ficar dono das empresas que constituiu.

“Cento e cinquenta milhões em condições compatíveis com as do mercado. A propósito, como suporte aos financiamentos propostos à diretoria o uso de parte dos recursos do fundo de liquidez para compra de energia”.

“O FLCE criado recentemente na companhia, analisada a questão o colegiado, votou por bem aprovar a medida em apreço.

Esta é a ata do dia 31 de outubro de 2000. E nós temos a ata de setembro de 2000, em que os salários e V. Exa. falava, deputado Cezar Silvestri, da má administração da Copel.

Se ela é mal administrada, quem é o único responsável? É o Governador do Estado! É o arquiteto Jaime Lerner, porque, de 46 mil reais, o salário mensal de cada diretor, pasmem, de 46 mil reais, foi aumentado para 78 mil reais por mês. A ata está aqui.

Concedeu aos próprios diretores, um aumento de mais de 60% dos seus salários, que já era invejável.

Muito obrigado senhor presidente, pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças:

PL, PSL, PPS, PPB, PFL, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(Todas declinam).

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 04 (quatro) de autoria do senhor deputado Nelson Tureck,

constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Divanir Braz Palma e Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4291, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, com apoioamento dos deputados Luiz Carlos Martins, Nelson Tureck, Miltinho Pupio, Duílio Genari, Tony Garcia e demais deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação de Plenário em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos projetos de lei de sua autoria. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2001, que objetiva instituir o sistema de Assistência à Saúde aos Servidores Públicos Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. E CSP. PARECER CONTRÁRIO DA CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, ÀS EMENDAS 3, 6, 10 E 11 E CONTRÁRIO ÀS 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDAS DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 002/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a se manifestar relativamente às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 002/2001, que institui Sistema de Assistência à Saúde para o Servidor Público Estadual, passa-se à exposição:

EMENDA 1 - propõe a manutenção dos ambulatórios de Curitiba e Londrina;

EMENDA 2 - propõe prestação de serviços por ambulatórios e serviços próprios, além de convênios com universidades estaduais, hospitais universitários e Santa Casa de Misericórdia;

EMENDA 3 - suprime o artigo 4º, que prevê a regulamentação da lei;

EMENDA 4 - cria pessoa jurídica de direito privado para gestão do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores;

EMENDA 5 - propõe fator moderador e isenção para servidores com vencimentos inferiores a 3 salários mínimos;

EMENDA 6 - altera composição do Conselho;

EMENDA 7 - estabelece percentual de contribuição de 2%;

EMENDA 8 - exclui o fator moderador;

EMENDA 9 - suprime recurso relativo às decisões do Conselho;

EMENDA 10 - submete ao Conselho gestor a regulamentação da lei;

EMENDA 11 - representantes dos sindicatos e entidades representativas dos servidores serão de livre escolha dos mesmos;

EMENDA 12 - idêntica às emendas 1 e 2;

EMENDA 13 - suprime fator moderador.

DO PARECER:

Analisadas as emendas supra arroladas, sob o enfoque da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, conclui que são inaceitáveis por inconstitucionais as emendas de números 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13, que chocam-se com a vedação constitucional prevista no artigo 68, I, da Carta Magna Estadual.

Isto posto, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta-se favorável às emendas de números 3, 6, 10 e 11 e é de parecer **contrário** às demais, supra arroladas.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Tiago Amorin, Algaci Túlio, Hermes Fonseca - voto contrário, José Maria Ferreira - voto contrário, Moysés Leônidas, Orlando Pessuti, Marcos Isfer - voto contrário, Plauto Miró Guimarães, 1 ilegível.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós iremos votar contrário ao Substitutivo Geral, porque as Emendas serão votadas depois dele.

Iremos votar contrariamente, ao Substitutivo Geral, porque estes projetos de lei de autoria do governador Jaime Lerner, não atende os interesses do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Isso foi colocado “goela abaixo” dos funcionários e havia outros instrumentos senhor presidente, aconselháveis, outros instrumentos que o governador poderia se

utilizar para oferecer o atendimento à saúde do funcionalismo público do Paraná, sem lançar mão desse expediente que é a criação, instituição do Sistema de Assistência à Saúde aos Servidores Públicos do Paraná que é, na verdade, a contratação de uma Administradora do Sistema de Saúde do Estado do Paraná.

O IPE, o organismo, o IPE, instituto que era orgulho para nós paranaenses, que era de um atendimento, se não de 100%, mas um atendimento de qualidade e que o governador Jaime Lerner abriu uma cova e sepultou, enterrou.

Quantas vezes eu me utilizei do IPE quando eu era funcionário público, senhor presidente! Quantas vezes, atendendo pessoas do interior, deputado Zuk, nós recorremos ao IPE e o atendimento sempre foi dos melhores. O contentamento dos servidores públicos do Paraná era elevado. Não havia motivos para o governador Jaime Lerner enterrar, sepultar o IPE de forma tão trágica como está acontecendo.

Este projeto de lei nós já debatemos tanto aqui nesta Casa, debatemos tanto que a nossa voz se enrouqueceu, porque a nossa voz é a voz do servidor público do Estado do Paraná, que é quem deveria ser ouvido, porque este plano vai atender, não o governador Jaime Lerner, não é o secretário da Administração, mas é exatamente o servidor público do nosso Estado do Paraná. E é o servidor público que não quer que essa modalidade seja aprovada.

Por isso, senhor presidente, o PMDB irá votar contra este projeto de lei, porque o que queremos é que o IPE, não nós, deputados estaduais, mas o que os servidores públicos querem do Estado do Paraná é que o Governador Jaime Lerner reequipasse o IPE, desse vida ao IPE, desse Saúde ao IPE, para que o IPE pudesse fazer o que sempre fez: oferecer saúde, atendimento aos servidores públicos do Estado do Paraná em todo o nosso território. A solução encontrada é uma solução que atende os interesses do Governo, mas não dos servidores públicos.

Então, senhor presidente, eu não sei o que acontece que nossa Assembléia Legislativa se dobra incontinenti à vontade do Governo. Esta Casa tem sido tão dócil com o governador Jaime Lerner e este governador tem sido tão cruel, não só com esta Casa, com os deputados que lhe dão sustentação, mas sobretudo com o povo do Paraná, com os servidores públicos, com todas as pessoas que vivem neste Estado.

Por isso, senhor presidente, eu além de falar aqui em nome do PMDB, eu quero pedir a todos os deputados desta Casa: vamos votar contra esse projeto! Vamos rejeitar esse projeto! Vamos encaminhar uma solução para o problema da prestação de saúde ao servidor público! Vamos fazer uma Comissão nesta Casa para negociar com o governador a reestruturação do IPE, porque o IPE tem todo o sistema preparado para atender o servidor público no Estado do Paraná, e é isso que os servidores públicos do Paraná pretendem.

Então, eu pergunto a todos os deputados, de todos os Partidos: o que é o deputado? É um representante do povo que aqui nesta Casa, em nome do povo, para fazer aquilo que o povo quer e não aquilo que o governador Jaime Lerner deseja.

Quero pedir a todos os deputados para que, somando forças ao lado dos servidores públicos do Estado do Paraná, rejeitemos esta matéria. Vamos encaminhar uma solução para que o IPE seja ressuscitado e possa oferecer o atendimento de saúde aos servidores públicos do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, o deputado Luiz Accorsi.

O SR. LUIZ ACCORSI

Senhor presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores deputados.

Eu, como presidente da Comissão de Saúde, como médico há 26 anos, dos quais 13 anos eu exerci a minha profissão no interior, na cidade de Loanda, e 13 anos na capital. Nesses meus 13 anos de Loanda eu era credenciado pelo IPE, naquele tempo em que era feito um plano em nível de Estado.

Então, eu quero falar desse plano de saúde, o que eu vejo de positivo como médico e como, de repente, paciente, que eu já precisei de hospital muitas e muitas vezes. Esse é um plano facultativo, faz o plano quem quer alguém que tenha um plano e que seja melhor que esse, o que eu acho impossível, continue com o seu plano. Hoje, eu vejo também nas cidades do interior o médico da família, médico que atende o paciente na sua própria casa.

Então, eu acho que é um ponto importante nesse plano do governo ser um plano facultativo. Esse plano não tem carência para emergência, urgência, e vou citar um exemplo para vocês, que eu tive esta semana no Hospital Nossa Senhora das Graças, apartamento 463/464: um filho de um médico internado com leucemia, no período de quatro semanas, gastou quarenta mil reais, porque esse médico não tinha plano de saúde. Quarenta mil reais em quatro semanas! E esse é um tratamento de no mínimo 5 anos para poder liberar uma pessoa de leucemia, Zuk!

Eu vejo também de muito importante no plano, que é um plano que vai se estender em todas as cidades do Estado do Paraná, todas as cidades vão ter o credenciamento de hospitais, de médicos, de especialistas e de laboratórios. E vejo também, de importante, que abre o horizonte para os amigos da área de saúde, eles vão ter a oportunidade de aumentar o movimento de seus hospitais, laboratórios e mesmo de consultórios médico. Outra coisa que eu acho de fundamental importância é a consulta com hora marcada. Como é difícil eu pegar a minha mãe com 84 anos, professora, ir ao laboratório e esperar cinco, quatro horas, para ser atendida.

(**Manifestação nas galerias**)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós solicitamos encarecidamente aos nossos visitantes, já falamos ontem que vocês são bem-vindos, desde que assistam Sessão na Assembléia, conforme os trâmites regimentais, em silêncio, e a Presidência não permite manifestação, senão vamos tomar outras providências.

Por favor, não admito.

O SR. LUIZ ACCORSI

Em caso de internamento, uma coisa que eu acho fundamental, enfermaria com dois leitos. Como é duro você pegar uma enfermaria com seis, sete leitos, o contágio, infecção. No caso de internamento da UTI-enfermária, o desconto é feito em cima daquela faixa de consignável dos trinta por cento.

Uma pessoa, eu vou citar um exemplo, que fique trinta dias internado numa UTI, isto foi uma mudança que nós da Comissão de Saúde fizemos, eu, o Ribas Carli, os amigos da Comissão de Saúde, no lugar de pagar o fator moderador, vai pagar trinta reais por dia. Uma pessoa com trinta dias de UTI, com todos os exames vai pagar 900 reais. Isto vai ser descontado em cima daquela faixa consignável do salário de cada um, que é trinta por cento do salário. Então, a pessoa vai pagar o internamento de UTI, de repente vai pagar durante dez meses e vai descontar uma parcela mensal.

Outra coisa que eu acho de fundamental importância, o desconto que é feito na folha de pagamento. Este desconto não depende da idade. Qualquer plano de saúde quanto mais velho é maior o pagamento porque o risco de vida e o aumento do número de doença é muito maior. Eu cito assim, por exemplo, o meu pai e minha mãe pagam a UNIMED 600 reais por mês. O número de consultas é ilimitada. Têm que pagar o fator moderador - se você optar pelo fator moderador, 30%, você vai pagar em cima da consulta, seis reais - se você optar pelo fator moderador 40%, você vai pagar oito reais a consulta.

No decorrer desse projeto os amigos da classe médica nos orientaram a que o governo fizesse, permanesse com o IPE em Curitiba e Londrina e abrisse ambulatórios nas Universidades do Estado do Paraná, mas aí eu vejo uma grande dificuldade, presidente Elio Rusch. Como é que fica um paciente que mora em Missal, ir até Cascavel fazer uma consulta num ambulatório do Hospital Universitário? Como que fica uma pessoa de Querência do Norte, de Maringá, duzentos e vinte quilômetros para consultar no ambulatório do IPE, no ambulatório do Hospital Universitário? De repente como é que fica uma pessoa de Wenceslau Braz vir até Curitiba de ônibus para consultar aqui no nosso IPE?

Eu vejo assim grandes dificuldades.

Mas eu continuo, o governo participa com cinco milhões de reais para o Fundo de Saúde e já foi colocado no Orçamento de 2002, na página 133 do Orçamento, foi feito um reajuste que hoje está em seis milhões e quinhentos mil reais. Eu vejo um ponto positivo no caso de

aumento de custo do plano - fica por conta do governo do Estado caso não haja aumento de salário compatível.

Então, se não tiver aumento para o funcionalismo público, isto está numa emenda nossa, no Substitutivo, o governo é obrigado a bancar essa despesa. E por uma questão de melhorar mais ainda, porque de repente a saúde não é só saúde - o que custa caro é remédio. Hoje você: sai do hospital, você gasta e você pega uma receita e a receita é muito pesada.

Então, tem dois projetos tramitando na Casa: um é baixar o ICM de remédio genérico de 17 para 12%. Isto foi um projeto da CPI de medicamentos e outro a construção de farmácias básicas em todas as regionais de Saúde do Estado do Paraná, nas 22 regionais, remédios genéricos a preço de custo.

Então, eu vejo de repente o IPE, a questão IPE, quem é que não tem sentimento pelo IPE, a classe médica, o funcionalismo todo tem sentimento pelo IPE, só que o IPE, na realidade, hoje é do ParanaPrevidência, o IPE foi passado para o ParanaPrevidência. A classe médica que atua no IPE, são 156, grande parte dos médicos são professores universitários, são queridos trabalham em nome do funcionalismo público.

Mas eu, conversando hoje com o secretário da Administração, Ricardo, os mesmos funcionários do IPE, os médicos do IPE podem atender em seus consultórios. Vão ganhar o salário, do governo. Em troca disso, atende no seu consultório. Ao invés de atender 16 pacientes por dia...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Gostaria que V. Exa. pudesse encaminhar o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. LUIZ ACCORSI

Então, me preocupava muito a classe médica, e ela pode ou trabalhar em auditorias, ou no seu próprio consultório, porque todo médico tem seus médicos, tem seus corintianos, pode atender no seu próprio consultório, com hora marcada, de repente o atendimento é melhor, o IPE é um prédio lindo, mas de repente o mesmo calor humano pode ser dado dentro do consultório médico dos próprios médicos do IPE.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente Elio Rusch, senhores deputados, eu falo em nome do PDT para encaminhar essa questão do IPE.

Na verdade, senhores deputados, todas as vantagens descritas pelo nobre relator, deputado Accorsi, me faz lembrar as mesmas afirmativas da época que o governo privatizou parte da Sanepar.

Então, vejam a Barragem do Iraí, não foi feita a limpeza conforme manda o regulamento, não houve o cuidado do esgoto, e hoje a qualidade da água que temos, todos sabem, conforme atestada pela Universidade Federal do Paraná.

Esse governo merece a nossa desconfiança, porque vejam, senhores deputados, o governo arrecadou o ano passado, 334 milhões para o Fundo Saúde. Sabe quanto ele reaplicou na Saúde? 1,8%, não chegou 2% da receita para atividade/fins!

Vocês sabem para onde foi esse dinheiro da receita do Fundo de Saúde? Foi para o caixa único do governo, que com certeza deve ter sido gasto em publicidade, em propaganda e outras maracutaias!

Agora, sim me parece, dá inclusive para termos uma determinada correlação com o pedágio. Lembra as vantagens prometidas pelo pedágio? Em quem está estourando a conta? Nas costas do povo trabalhador!

Agora, como acreditar que o governo represa dinheiro da tesouraria para aplicar no IPE, 96, 97, 98, 99, 2000? Todo dinheiro orçado para o IPE, para a Saúde, ficou represado, e restos a pagar, na tesouraria do Estado! E aí, como acreditar que esse governo vai repassar 5 milhões de Reais, por mês, para uma iniciativa privada?

Na minha ótica, e na nossa ótica do PDT, esse governo quer passar o que dá lucro para a iniciativa privada, e quer tirar a responsabilidade das suas costas. Saúde pública é responsabilidade do governante!

Se o governo, com a sua máquina administrativa, com a sua estrutura tradicional de médicos exemplares e funcionários do IPE, não puderem dar assistência com dignidade, como que uma empresa que possivelmente seja de Miami, pode vir aqui assumir essa responsabilidade? Claro, querem lucro!

É evidente, é claro, sobretudo quando constatar-mos a atitude do governo, que antecipou os royalties de Itaipu, até 2020, arrecadando 1 bilhão e 700 milhões. Aonde está a preocupação do Governo, com a saúde, com o nosso IPE?

Como dar crédito a esse governo, que contratou 5 bilhões e 600 milhões, de dinheiro emprestado pagando juros de cheque especial? Integralizou no Banestado 3 bilhões e 700 milhões, e deixou o povo que paga uma prestação de 35 milhões de reais, por mês aproximadamente em 30 anos!

Isso é menos saúde para o povo!

Por isso, o governo, quando assume uma dívida desse tamanho, está decretando a falência da saúde pública, está decretando a ausência do poder econômico do Estado, para a segurança, para a habitação, sobretudo, para os mais humildes desse Estado.

Roga a Deus, que os deputados que dão sustentação a esse governo, que olhem para os médicos do IPE, que olhem para os funcionários e que constatem o que o governo tem feito!

O governo do estado não tinha que integralizar 3 bilhões e 700, do Banestado! Por que não deixou o Banco Central intervir e decretar a falência do Banco? Sabe porque ele fez isso? Porque daí o Banco Central tornaria públicas as falcaturas do Banestado Leasing e de outras carteiras do Banco.

Então, foi o governo, em nome do povo, adquirindo um empresário em altos juros, integralizam 3 bilhões e 700 milhões, para vender o banco por 1 bilhão e 600 milhões!

Pasmem, os senhores, vendeu por 1 bilhão e 600 milhões e no mesmo ano, pagou 1 bilhão e 700 milhões do empréstimo adquirido e ficou 4 bilhões e 25 milhões para que nós paranaenses possamos ter menos saúde, educação, perdurando 30 anos.

Senhores deputados, encaminho contrariamente a esse projeto, e solicito para os deputados que querem e que sabem que evidentemente a história tem que ser feita por cada um. Porque não adianta apenas contar a história, nós temos que fazer a história e nós estamos fazendo a história votando contra esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, em nome do PPS gostaríamos de encaminhar a matéria, e ouvi atentamente quando alguns diziam que o plano é facultativo.

É verdade, é um plano facultativo e se diz será o plano mais barato.

Eu me pergunto: será que alguém dos altos cargos em comissão nas secretarias, vai optar por esse plano? Esse é um plano que já nasce fadado a ser um plano de 2ª classe.

Por que um plano de segunda classe? Porque tentam colocar lá aqueles que menos ganham no Estado, aqueles que não têm tido assistência médica, aqueles que não têm a quem recorrer e que não podem optar por um plano particular de Saúde, porque ganham mal, porque não tiveram aumento. Não é que seja sua opção, os baixos salários. O baixo salário porque não tiveram reajustes. Da mesma forma se fala em médico da família. temos municípios que efetivamente conseguem fazer um bom projeto na área de saúde pública e têm médico de família, mas como ficam os internamentos e os exames que são necessários? Fala-se também que todos os municípios serão credenciados.

Bom que todos tenham médicos credenciados e hospitais credenciados, mas, por quê acabar com o que já existe, por quê acabar com o IPE, com o seu laboratório que existe em Curitiba e Londrina? Por que não conveniar com as universidades públicas onde já têm hospitais para prestarem atendimento? Por que não fazer esse serviço o mediador desse plano? Por que não fazer destes serviços que já existem, o contraponto contra aquilo que será ofertado aos nossos servidores?

Da mesma forma, vamos perceber e eu concordo, quando há pouco ouvia o deputado Neivo, que se o governo tivesse colocado ao longo desses últimos anos a

parte que lhe cabia dentro do IPE, não teríamos o problema que temos hoje.

Na verdade, não foi colocado este dinheiro e nem se sabe se será colocado o pagamento a essa agência privada.

Imaginem os senhores que têm Unimed, que têm Bradesco Seguros, que têm Banco do Brasil Saúde, imaginem os senhores, se não pagarem para esses institutos para os quais os senhores recolhem, terão atendimento? Não, os senhores não terão atendimento! No primeiro momento em que houver um atraso por parte do governo, este serviço que eu já desconfio da sua qualidade, antes de ser licitado, imediatamente será cortado de todos aqueles servidores que vão contribuir com a sua parte.

Então, por que não se mantém a gestão através do IPE? Por que não se transforma o IPE numa organização social? Tantas foram criadas neste Estado, nos municípios? Em Curitiba, quando precisou-se dar uma solução ao IPMC, optou-se por uma solução intermediária que foi transformar o IPMC numa organização social.

Por que é que não se faz neste momento, este tipo de atitude? Vamos entregar a gestão a alguém que vai ganhar uma licitação, mas, quem vai controlar? Quais são as regras do jogo? Quem vai cobrar estas regras do jogo? Ah, não! Vamos eleger um Conselho!

Com que força este Conselho vai poder cobrar? À hora em que este gestor do plano de saúde não estiver cumprindo com as suas obrigações, e nós sabemos que planos maiores, que têm pessoas com muito mais poder de cobrança, muitas deixam de prestar os serviços, muitas vezes deixam os seus segurados à deriva, muitas vezes deixam os seus segurados sem nenhuma assistência! Da noite para o dia, aquele belo hospital que era credenciado, deixa de ser, e lá se foi o segurado! Ora, por que é que vamos desmanchar algo que já está funcionando, algo que existe, algo que tem qualidade na prestação de serviço e eu ouvi aqui o deputado Accorsi dizer do bom serviço prestado pelo IPE?

Ora, nós vamos desmanchar alguma coisa que está funcionando? Vamos pura e simplesmente terminar com algo que pode ser não só o fator de qualidade do plano que estamos contratando no comparativo, não só no dia-a-dia para que o segurado possa efetivamente dispor não só do plano de saúde, mas também de um IPE de boa qualidade, com médicos que prestam bom serviço. Não consigo compreender, não consigo entender a razão dessa atitude. Fator moderador, ninguém é contra, mas o fator moderador tem que existir em alguns casos. E quem ganha até 2, 3 salários mínimos, vai ter um valor moderador de 30, 40. Desculpem, mas 6 reais para quem ganha 2 salários mínimos, 3 salários mínimos, é muito dinheiro para pagar numa consulta médica!

Ora, o fator moderador até 3 salários mínimos tem que ser isento; é uma questão de justiça social, é uma questão de justiça para com todos da mesma forma. O fator moderador deve ser de 20% como foi até hoje. O fator moderador de 20% impede que haja o abuso por

parte daqueles que querem efetivamente uma consulta médica, um exame médico. Mas por outro lado, é algo factível. Agora, até 3 salários mínimos tem que ser isento de fator moderador.

Senhores, nós não podemos colocar mais um ônus na mão dos servidores que já estão empobrecidos. Não sei quem aqui não possui amigo servidor público. Acho que todos nós temos amigos servidores públicos, sabemos do empobrecimento que a classe está tendo, sabemos da perda que eles estão tendo no seu poder aquisitivo, na sua qualidade de vida e agora queremos colocar-lhes mais um custo.

Ora, senhores, quero deixar muito claro, o grande problema deste plano de saúde não é o fato de se credenciar médicos, hospitais em todos os municípios. Não é o fator moderador. É sim o fato de que nós não teremos na gestão deste plano de saúde, regras claras e nem formas de haver um comparativo.

Por isso, defendemos que o IPE seja mantido como um fator diferencial. Defendemos que o fator moderador seja de 20% e até 3 salários mínimos isento de fator moderador. Por isso, nós apresentamos Emendas que, infelizmente, não foram aprovadas algumas.

Vamos encaminhar, aqui, o PPS vai encaminhar pelo voto contrário ao substitutivo e ao projeto de lei que aí está.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados.

Queria manifestar a opinião da Bancada do nosso Partido, que vai encaminhar contrário a votação desse projeto, mesmo porque as emendas que a Oposição elencou para tentar garantir minimamente a assistência médica à saúde aos servidores públicos do Estado com dignidade, que nós achamos que merece, não foram acolhidas. e, pelas informações que temos, deverão ser derubadas em Plenário hoje; nós devemos votar contrário.

Em primeiro lugar, porque tem coisas que é preciso serem ditas que é o fundamental deste projeto. O Governo do Estado diz que está preocupado com a saúde dos servidores, vai destinar 5 bilhões de reais para o atendimento na área da saúde, porque é que não aceita que os funcionários do Estado possam participar em igualdade de condições no Conselho Gestor desse novo modelo de assistência médica e saúde para os servidores públicos?

Ora, nós sabemos que de boas intenções tem um lugar do Universo que está cheio de algumas pessoas que na realidade revelaram, que não tem boas intenções.

Nós temos todos os motivos para acreditar, o governo não vai repassar este dinheiro, não por causa do servidor público, mas por uma coerência do Governo nestes últimos anos.

Desde que o Lerner assumiu o Palácio Iguaçu em janeiro de 95, a ótica de gerenciar o Estado é a ótica gerencial, é uma ótica que procura fazer do Estado uma visão apenas de propiciar negócios, no Estado do Paraná, infelizmente negócios muitas vezes se chocam, se con-

frontam com os valores que a humanidade conseguiu construir ao longo da sua caminhada, no nosso planeta.

A questão da Saúde não pode ser encarada, única e exclusivamente como negócio, como obtenção de lucro, como a questão da Segurança Pública, como a questão da Educação. Eu acho que no lugar de o Brasil avançar, como os países da Europa, já avançaram, onde o filho do 1º ministro, o filho do grande empresário, ou o 1º ministro mandatário da nação francesa, alemã, inglesa, do Tony Blair, freqüentam o mesmo o hospital, são atendidos pela mesma equipe médica, pelos mesmos enfermeiros que atendem o filho ou dono de uma pequena padaria, em qualquer cidade européia dessas. Será que este modelo de saúde é um modelo que não privilegia e não está de acordo com aquilo que a humanidade necessita? Acho que é este o modelo que devemos perseguir e não o modelo que infelizmente o governador Lerner vem apresentar!

O que há de mais grave neste projeto, não é a lei.

O mais grave é que o decreto que regulamenta, ninguém vai ter acesso a ele!

Nenhum dos senhores que têm Unimed, que tem qualquer plano assistencial privado, assina o plano sem ler a regulamentação de quais são os direitos e as obrigações daqueles que estão oferecendo os serviços médicos.

Os servidores públicos do Paraná não têm conhecimento, assim como a Assembléia Legislativa não tem conhecimento de quais as obrigações e quais os deveres que qualquer uma dessas instituições que ganhar, não sei como vai administrar a assistência médico-hospitalar para os servidores públicos do nosso Estado.

São essas as razões fundamentais que fazem com que, não somente a bancada do PT mas uma grande parcela de deputados, da Assembléia Legislativa se manifestem contrariamente à aprovação desse projeto. Não porque não queremos resolver o problema da assistência médica, que infelizmente, foi agravado, como já disseram outros deputados, pela falta de responsabilidade do governo do Estado, ao não repassar o que é direito e foi descontado dos servidores públicos do Estado e que é uma obrigação, por lei, de ser repassado para o Instituto de Previdência e que não foi repassado durante estes muitos anos.

Se nós pudéssemos e tivéssemos força política para fazer uma auditoria e uma CPI no Governo do Estado, com certeza nós teríamos assistido que, neste último ano, deputado Nelson Tureck, o senhor que apóia o governo do Estado, teria a surpresa desagradável de perceber que o dinheiro para a saúde, que o Luiz Accorsi defende, muito bem, que é importante para tratamento das famílias dos servidores públicos e até para fazer com que, na economia que vivemos, capitalista, que é a indústria da saúde, pudesse ser desenvolvida, que este dinheiro que foi descontado, que era obrigação do Estado não foi encaminhado para o IPE, e nós teríamos a triste surpresa de ver que foi encaminhado para propaganda, para publicidade e para as coisas desnecessárias do Governo Ler-

ner. Somente nos quatro primeiros anos de Governo, 500 milhões de dólares. Nós estamos falando aqui de 5 milhões para os servidores públicos do Paraná e o Governo Jaime Lerner, somente nos quatro primeiros anos do seu mandato, desviou 500 milhões de dólares, exatamente 1 bilhão e 390 milhões de reais ao dólar de hoje, para a publicidade, dinheiro que sabemos que não foi gasto com os jornais, que não foi gasto, muitas vezes com a televisão e nem nos comerciais do Governo do Estado! Sabem por que? Porque o Governo do Estado nem obra para apresentar nos comerciais tinha!

A gente teria a triste surpresa de descobrir que este dinheiro muitas vezes foi desviado para outros caminhos, que não os caminhos do saber, que não os caminhos de mais saúde, que não os caminhos do desenvolvimento! Foram os caminhos do descaminho que a gente sabe que, infelizmente, tem entristecido os brasileiros com a prática nefasta de alguns políticos no nosso Estado, no nosso País.

Por isso, senhor presidente, o PT e Bancada da Oposição - espero que deputados da Situação votem contra este projeto, porque não satisfaz. E mais uma vez vai levar para a mão de empresários, que nós não sabemos quem são, quais são os seus compromissos com a saúde pública do Estado do Paraná, quais são os compromissos com a pessoa humana que vive no Estado do Paraná, com os paranaenses.

Por isso, nós vamos votar contrários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi, para encaminhar

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Na Constituição Brasileira está escrito que saúde é direito de todos e dever do Estado. Eu ouvi, com bastante atenção, aqui o pronunciamento do deputado Neivo Beraldin, do deputado Marcos Isfer, e não quero entrar em detalhes. Quero somente colocar aqui, algumas posições que são definidoras da Bancada da Governo e da Oposição.

Nós não vemos a saúde como um negócio. Infelizmente, estes que estão governando o país, acham que saúde é mercadoria: você vai lá no boteco e compra 2 quilo de farinha, 1 quilo de fubá e está resolvido o problema. Não é isto aí!

Outra coisa, o deputado Accorsi falou o seguinte: “olha, no orçamento do ano que vem nos já colocamos 5 milhões para serem carreados para empresa terceirizada”.

Deputado Luiz Accorsi, o governo de V. Exa., infelizmente, não cumpre com suas obrigações. O que adianta colocar no orçamento? Nós todos, deputados, aqui, estamos cansados de colocarmos nas chamadas “emendas dos parlamentares” os pleitos que os deputados do Governo colocam! Nós, que somos da oposição, que

somos discriminados, até compreendemos esta ação do governo. Agora, usar como argumento para se aprovar este plano de saúde, por exemplo dizendo que a empresa terceirizada já tem os recursos colocados no orçamento, eles não cumprem nada! E quem vai ser esta empresa terceirizada?

O deputado Cesar Silvestri tem falado aqui, muito na Tradener, no caso da Copel. Acho que esta empresa que vem atrás deste plano de saúde, eu acho que é a Tradener da Saúde. Esta é a ação do Governo. Só tem uma solução para se chegar a algum resultado concreto e objetivo: fazer com que a idéia dominante do governo não seja a idéia dominante dentro da sociedade.

Tenho dito, aqui, muitas vezes o seguinte: as pessoas falam que querem uma reforma fundiária, agrícola e agrária. E vota na UDR! Mas, quer reforma coisa nenhuma! É por ignorância. Quer votar na UDR, vote na UDR, mas saiba que eles não vão fazer a reforma agrária!

Este Governo, Falaram até com carinho em relação ao IPE, o nosso IPE de tantas glórias, mas, falaram a mesma coisa em relação à Copel, agora já se anuncia:

- vamos vender a Copel, vamos vender a Sanepar, vamos vender tudo:

Então, a educação neste país se tornou um negócio, primeiro era aquilo, nós tínhamos uma educação, a presença do Estado e aí eles vêm em cima da modernização falando, olha, isso não é moderno, isso é atrasado, e copiaram a educação.

Este país tem 30 milhões de analfabetos!

Copiaram a educação!

A saúde está desta maneira que vocês conhecem, o governo federal está sendo filosófico, oportunista, fazendo estas programações eleitoreiras, para ver se resolve o problema!

No fundo, não vão em questão nenhuma, inclusive não sei porque nós estamos falando aqui! Existe no sentimento da maioria uma determinação: vamos derrotar as propostas populares! E vão derrotar mesmo, eles são maioria.

Nós temos 24 deputados, então é esse o problema, não adianta vir aqui e ficar falando, como já falaram todos no fator moderador, na terceirização, não há argumento que convença nenhum que está na sustentação do governo e mudar de opinião. Você viram que o Paraná todo se debruçou aqui dentro desta Assembleia na questão da Copel, e o que é nós vimos?

Nós vimos o Paraná ser derrotado naquela votação da iniciativa popular! Então, só se acontecer um milagre! É o que está sendo discutido ali, os assuntos que estão sendo discutidos são outros.

Senhor presidente, quero dizer, em nome das Oposições, nós temos uma posição contrária, nós sabemos o que foi o IPE.

O IPE muitas vezes tem problemas como tem a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, porque eles colocam os inimigos da Petrobras lá dentro.

Agora, por exemplo se anuncia que o senhor Francisco será o novo presidente da Petrobras!

Gente, bota o técnico do Coritiba para dirigir o Atlético domingo. O que é que ele vai fazer lá? E o inverso é verdadeiro! Vocês colocam os inimigos por dentro. A pessoa está correndo atrás da saúde e inocula não a mesma, mas uma série de bactérias para provocar uma septicemia. Essa que é a verdadeira situação daquilo que está acontecendo. Não há argumento que compense os do governo. Eles são liberais, neoliberais. Os lá de cima são neo-entreguistas, entregam tudo, inclusive, se puderem, a honra nacional.

Esse papo de saúde, da energia, do petróleo, eles fizeram tudo isso lá na Argentina! Vejam o que fizeram na Argentina, no México. Agora estão na mesma caminhada aqui, quem quiser ver tem toda a oportunidade para se tornar consciente daquilo que está acontecendo!

Nós, da Oposição, vamos votar contra o projeto que está na pauta para ser votado daqui a pouco...

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Há muito tempo vem se discutindo uma solução para o problema IPE no nosso Estado. Todos sabemos que esse problema é oriundo de muitos anos, teve suas finanças comprometidas em governos anteriores. Vem capengando ao longo do tempo.

Deputado Accorsi, assisti V. Exa. fazer aqui o encaminhamento e o trabalho que fizeram com os membros da Comissão de Saúde, para que votássemos esse plano.

Vejo aqui alguns servidores públicos se manifestando contrários. Vejo esta questão de uma outra maneira, acredito que esse plano de saúde, trabalhando com a razão e a consciência, é benéfico ao servidor público.

Quero dar uma sugestão ao líder do Governo. Estamos aqui ouvindo pronunciamentos, desculpem o meu posicionamento, mas sem nenhum conteúdo que possa esboçar aqui porque vão votar esse plano. E vemos um massacre em cima de um projeto de fundamental importância para o servidor público. Parece que estamos cometendo um crime contra o servidor público!

Talvez alguns dos servidores que estão aqui, tenham interesses diretamente com o seu emprego, até lhes dou razão quanto às manifestações. Agora, como Bancada do Governo, gostaria de colocar o meu posicionamento.

De um lado o Governo do Estado está colocando 5 milhões por mês para que o servidor público tenha um plano de saúde. Todos sabemos que o IPE não funciona, não atende o servidor público. O governo do Paraná se conscientizou disso, fez um amplo estudo e quer implantar um plano de saúde. Se vemos aqui os deputados do Governo se posicionando favorável e achando que estão trazendo um benefício aos servidores públicos, do outro lado a Oposição, contrária, e não trazendo os argumentos

que pudessem nos convencer de sermos contra este projeto.

Gostaria de sugerir ao líder do Governo, que retirássemos o projeto para que sentíssemos dos servidores públicos a reação deles, porque não é meia dúzia que vai intervir e levar os deputados a tomar uma posição.

Agora, cabe aos deputados de Oposição tomar uma posição. Eles estão dizendo que não querem o plano de saúde. Ora, vamos dividir essa responsabilidade com os deputados de Oposição e vamos dizer aos servidores públicos que os deputados não quiseram implantar no Paraná um plano de saúde. Preferem ficar com esse IPE falido, que não funciona, que não atende! Vamos respeitar aqui os pronunciamentos que nos convencerem, apesar que não vi nenhum número, nenhuma estatística, nada que pudesse convencer, a não ser o discurso do contra.

Se for qualquer coisa que seja de autoria do Governo, sou contra.

Então, quero aqui pedir ao líder do Governo, que façamos aqui e tenhamos uma atitude: vamos retirar o projeto da Ordem do Dia, vamos deixar essa responsabilidade para que a Oposição responda aos servidores públicos, que elevem esse aplauso de meia dúzia que está aqui e depois o futuro vai nos dizer quem tinha razão.

Desculpe-me deputado Vanhoni, é uma posição do deputado Rossoni, vou respeitar a posição do líder do Governo, mas estou convencido de que nós, deputados de sustentação ao Governo, não deveríamos dar apoio a este projeto, porque este projeto não pode ser do Governo: não pode ser dos deputados de Oposição! Tem que ser um projeto de consenso de quem está governando o Paraná; de quem pretende governar o Paraná e de quem quer corrigir uma distorção de um instituto tão importante que precisamos para atender os servidores públicos, porque esse IPE que já está aí, já está falido há muito tempo, não é do Governo Jaime Lerner!

Gostaria que meu ilustre líder, Durval Amaral, sei que é difícil para V. Exa. tomar essa decisão, mas como parlamentar aliado respeito a sua decisão, mas proponho que V. Exa. faça um acordo de liderança e retire esse projeto, até que se chegue num consenso dos deputados desta Casa, não do Governo, não da Oposição, porque é um projeto que servirá aos servidores públicos do Paraná, para este e futuros governos.

É essa minha posição, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, aceitamos a ponderação feita pelo ilustre deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa, e ao Plenário que o projeto está em processo de votação e não pode ser retirado da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Muito bem, senhor presidente. Nós aceitamos a retirada do projeto, desde que se repasse os cinco milhões destinados, nesse projeto, para o IPE. Assim, nós teremos uma assistência médica, realmente de encontro com a razão e os anseios de todo funcionalismo do Paraná!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pela ordem!

(Assentimento)

Senhor presidente, acho que o deputado Valdir Rossoni acabou construindo uma alternativa para superação desse impasse a respeito do plano de saúde.

A sugestão, deputado Rossoni, não posso falar em nome da Oposição, mas pelo que deparei, do que o senhor falou, podemos superar esse impasse com bastante tranquilidade.

Nós não votamos o Orçamento do Estado do Paraná previsto para o ano que vem. É possível que façamos uma Emenda, de Plenário no Orçamento, em nome dos cinquenta e quatro deputados estaduais na Comissão de Orçamento; 05 milhões que seriam repassados do Governo para o IPE, mais o que o Governo repassaria para a empresa, a sugestão é de que o IPE faça qualquer processo de licitação, que comande esse processo sobre qualquer tipo de plano de assistência à saúde dos servidores, sob responsabilidade do IPE e dos funcionários.

Acho que superamos o problema e o conjunto do funcionalismo público vai aplaudir e não vai precisar se indispor com nenhum deputado aqui na Assembleia Legislativa.

A sugestão que fazemos é essa. Acho que o processo de votação é fácil de superar. Pode não dar quórum hoje aqui, para votação desse projeto. Retiramos aí alguns deputados, não damos quórum para aprová-lo, e acordamos uma Emenda no Orçamento, garantindo esse repasse ao IPE!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar a V. Exa., nobre deputado, que o Orçamento não poderá mais ter Emendas no Plenário. Só as Emendas que tiveram os prazos regimentais, já foram cumpridos.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, realmente, no Plenário não pode, mas nós vamos votar o Substitutivo Geral do Orçamento amanhã, na Comissão, ainda daria para ser apresentado na Comissão do Orçamento, desde que o Relator, deputado Durval Amaral, acate a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Coloco a posição, que no plenário não poderão ser feitas mais Emendas, a não ser na Comissão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, volto a insistir com V. Exa.

Quer me parecer uma posição e também dos senhores deputados da Oposição, e acolhendo uma sugestão do deputado Valdir Rossoni, claro que não é regimental, entendo a sua posição como presidente, devo respeitar seja qual for a sua decisão, entretanto gostaria de encarecer-lhe para que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia por uma Sessão.

Se V. Exa. não entender que mesmo com acordo das Lideranças esse encaminhamento possa ser dado, peço então para encaminhar a votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está em regime de urgência.

Esta Presidência, se as duas lideranças, tanto da Oposição como da Situação encaminharem o requerimento, eu coloco em discussão o requerimento.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Estamos encaminhando, neste momento, à Mesa, para retirada por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendemos por 2 minutos, para que o requerimento chegue até esta Presidência.

Reiniciando os trabalhos.

Há sobre a Mesa requerimento de autoria dos deputados Ademar Traiano, Durval Amaral, Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 002/2001.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber se ficou acordado de que vai se colocar uma Emenda amanhã, às 10h00 da manhã, na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Isso é matéria vencida, vamos deixar para amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas a lei não protege quem dorme!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não está em votação nada nesse sentido.

O SR. NEIVO BERALDIN

É apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrada a sua observação.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que acresce inciso IV,

ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o Município de apresentar certidão negativa de débito CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - para a celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, registre meu voto contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado o voto contrário dos deputados Nereu Moura e Hermes Fonseca.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre o acesso e permanência de deficientes visuais acompanhados por cão guia em locais abertos ao público e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ E SUBSTITUTIVO DA CAIC.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Apenas quero parabenizar o deputado Cesar Seleme pela iniciativa de propor esse projeto de lei, que tem um largo alcance social. Prevê o acompanhamento do cão guia a pessoas deficientes visuais e em ambientes públicos, assim por diante.

Gostaria de registrar nessa Casa, que também tenho um projeto exatamente nesse sentido, que foi apresentado posteriormente ao do deputado Cesar Seleme. Como o projeto dele vem no mesmo sentido e atende os mesmos objetivos que eu tinha quando apresentei o meu,

eu o retiro e parabenizo o deputado Seleme, naturalmente votando a favor do projeto.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só uma informação: estamos votando o substitutivo de autoria do deputado Carlos Simões ou da Comissão de Agricultura, de minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar as duas, porque uma é complemento da outra.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Como é que ficaria no caso, qual iria prevalecer?

Senhor presidente, a minha acata todo o substitutivo do deputado Carlos Simões. Só faz uma alteração, que é com relação à UFIR, que ele coloca a unidade de correção do Estado do Paraná, porque a UFIR foi extinta. É só isso, é nesse sentido.

Não ficaria prejudicado o substitutivo do deputado Carlos Simões se fosse votado o da minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está requerendo então, que sua emenda seja votada separadamente.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Separadamente, e se ela fosse aprovada, prevalecesse sobre o outro substitutivo, até porque ela faz apenas essa correção.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recebo verbalmente o seu requerimento, mas solicitaria que também encaminhasse por escrito à Mesa.

Está em votação o requerimento do deputado...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, desculpe, é que eu estava ali e está difícil o acesso ao microfone.

Quero que V. Exa. determine à Mesa: registro o meu voto contrário ao Projeto de Lei nº 120/2001.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Em votação o requerimento do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando destaque para votação do Substitutivo Geral da Comissão de Agricultura. **Aprovado.**

A emenda que será votada inicialmente será a do Substitutivo Geral da Comissão de Agricultura.

Os deputados que aprovam o Substitutivo da Comissão de Agricultura, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está **prejudicada** a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que obriga os estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná a incluir em seus currículos escolares, matéria de Orientação Vocacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CCJ.

Está em votação a emenda.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão...

O SR. ELI GHELLERE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nós vamos votar primeiro a emenda e depois só o projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje, nesta Sessão, só a emenda.

O SR. ELI GHELLERE

Então, eu gostaria de encaminhar contra, para que os nossos companheiros votem contra a emenda, porque o projeto obriga os estabelecimentos de ensino da rede pública e particular a incluir em seus currículos escolares a matéria de Orientação Vocacional.

Esse projeto é de suma importância, porque sabemos que no ensino médio os alunos têm um dos momentos mais importantes das suas vidas, que é no momento em que ele toma a decisão da profissão que ele vai exercer. E normalmente quando ele vai fazer a inscrição para o vestibular, ele está na faixa de idade de 16, 17 anos e quando ele vai fazer um “x” para dizer a profissão em que ele vai trabalhar, para que ele coloque qual o curso universitário que ele vai escolher, ele não tem uma orientação se a sua vocação realmente é para aquele curso. E a emenda visa tirar essa obrigatoriedade e colocar como autorizatório. Autorizado o Governo do Estado já está, ele pode colocar na grade de ensino a matéria que ele quiser.

Então, gostaria de encaminhar contra a votação da emenda, para que o projeto fique obrigatório e não autorizatório.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda.

Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Está **rejeitada** a emenda.

Está em votação o projeto. Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. ÂNGELO VANHONI
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Será procedida a verificação de votação.
Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL
Senhor presidente, que aprovam permaneçam como estão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.
Vinte e três deputados aprovam e vinte e oito rejeitam.
Está **rejeitado** o projeto.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a inclusão como conteúdo dos cursos de formação de condutores de veículos automotores, de estabelecimentos sobre a importância da opção à doação de órgãos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, fica proibida a cobrança de serviços de empresas privadas através do sistema de cobrança dos serviços da Copel- Companhia Paranaense de Energia Elétrica, da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços telefônicos (telefonia fixa e celular). PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CDC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CDC.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em nº de 02 (duas) de autoria dos deputados Chico Noroeste e Geraldo Cartário, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 87/2001

O Projeto de Lei nº 87/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica proibida a realização de cobranças de serviços de empresas privadas, através do sistema de cobrança dos serviços de energia elétrica e de água e esgoto, prestados, respectivamente pela Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, pela Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, pela Telepar Brasil Telecom, e por outras concessionárias de serviços telefô-

nicos (telefonia fixa e celular), que não tenham relação direta com o objeto da prestação de serviços destas concessionárias salvo se devidamente autorizado por escrito, pelo consumidor interessado”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CHICO NOROESTE

Apoioamento:

Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Fica acrescido parágrafo único ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 87/2001, com a seguinte redação:

“Art. 1º -.....

Parágrafo Único - Fica proibido, também, o desconto em folha de pagamento de servidor público estadual, referente à cobrança de empréstimo contraído em qualquer instituição financeira”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Marcos Isfer, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri.

Existem Emendas de Plenário, e nós estamos encaminhando novamente à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARDO CHAB (**Para discutir**)

Senhor presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Saiu da pauta porque retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RICARDO CHAB

O requerimento foi votado ou não?

Há um requerimento na Mesa. Ele foi votado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Têm uma Emenda de Plenário.

O SR. RICARDO CHAB

Vai transformar em Comissão Geral, o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem que solicitar para que seja incluído esse projeto.

O SR. RICARDO CHAB

Pergunto ao senhor porque se for, eu gostaria que esse projeto fosse votado ainda...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem que requerer.

O SR. RICARDO CHAB

Porque é um projeto que atende amplamente a população do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência poderá requerer.

O SR. RICARDO CHAB

Muito obrigado.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Culturarte. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que institui o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão no Paraná - Paraná+Algodão, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis nºs 13.049/2001, de 16 de janeiro e 13.117/2001, de 21 de março de 2001. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E CSP.

Existe uma Emenda de Plenário. O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a implantar nos hospitais da rede pública, centros de apoio psicológico e jurídico às famílias em luto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2001, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos das Leis nºs 10.066, de 27 de julho de 1992 e nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, assim como criar e extinguir cargos de provimento em comissão na estrutura do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Voto contrário dos deputados Irineu Colombo e José Maria Ferreira.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a ceder por tempo indeterminado para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI) o imóvel onde a escola está instalada. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Coral "Kerix", da cidade de Rio Negro, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Moradores da Seção São João, município de Jataizinho - Paraná, um imóvel que especifica". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovados, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - ACIAPAR", com sede no município de Pontal do Paraná e foro na Comarca de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda modificativa de Plenário, de autoria do deputado Algaci Tulio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 569/2001

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 569/2001, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos”.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Neivo Beraldin, Cesar Seleme, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

O município de Pontal do Paraná, a partir da sua emancipação do município de Paranaguá passou a pertencer à comarca do município de Matinhos.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 583/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Especial de Integração do Adolescente - CREIA, com sede e foro no município de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2001, fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030 de 28.12.2000, no valor de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), conforme anexo I desta lei. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de São Francisco, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade

Pública a Creche Santo Antônio de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Pastoral da Criança da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 26

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/2001, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 27

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/2001, que objetiva alterar a Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná), conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 143/2001, de 09.10.2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 505/2001
MENSAGEM Nº 48/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 505/2001, objeto da Mensagem nº 48/2001, de autoria do Poder Executivo, altera a redação do artigo 2º da Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná).

A Lei nº 7047/78, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, já possui alterações procedidas pelas Leis 10.956, de 15 de dezembro de 1994; 11.120, de 30 de junho de 1995 e 12.975, de 17 de novembro de 2000.

O projeto de lei faz alterações nos quadros de oficiais médicos veterinários, de capelães e de comunicações da Polícia Militar, conforme solicitação do Comando daquela corporação, com o seguinte teor:

“Nesta preliminar o Comando da Corporação, em razão da carência atual de aplicação do especialista, posto a facilidade de serem operados os equipamentos de comunicação em razão do aprimoramento tecnológico que o mundo experimenta, propõe a extinção do Quadro de Oficial de Comunicações e a transferência de suas 03 vagas, uma para o necessário incremento do Quadro de Oficiais Médicos Veterinários e as demais transformadas em vagas para o Quadro de Oficial Policial Militar e por

fim propõe a minimização numérica do Quadro de Oficiais Capelães”.

Sob o aspecto constitucional, a iniciativa da matéria cabe ao Poder Executivo, na forma do artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual.

Isto posto, no âmbito da competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 505/2001.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 505/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná).

Fundamentação

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois, sem aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, nem implicar em aumento de despesa pública, virá adequar os quadros oficiais que especifica às reais necessidades da Corporação, ensejando melhores condições para o desempenho de suas atividades.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 505/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 48/2001, tem por objetivo alterar a Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná).

Fundamentação

Tal proposição já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua legalidade e constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça.

Também recebeu parecer da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o parágrafo 9º, do artigo 33, do Regimento Interno, segue os mesmos pareceres das comissões supracitadas, sendo que a presente proposição visa adequar os quadros de oficiais que especifica, às reais necessidades da Corporação, ensejando melhores condições para o desempenho de suas atividades.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(a) RICARDO CHAB - Presidente e Relator

Estamos recebendo aqui, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que requer que o Plenário seja transformado em Comissão Geral nos seguintes Projetos 80, 153, 211, 296, 338, 339, 467, 479, 503, 504, 511, 514, 533, 583(?), 615 e 636/2001.

O SR. IRINEU COLOMBO

São muitos projetos, não é, senhor presidente?

Os assuntos que tratam tais projetos, senhor presidente, é possível? Seria possível que o autor pelo menos encaminhasse para que pudéssemos entender quais os tipos de projetos, se são polêmicos ou não, até porque podemos ajudá-lo a aprovar, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. deve ter recebido o xerox.

O SR. IRINEU COLOMBO

Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi encaminhado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Atendendo a solicitação do líder da Bancada dos Trabalhadores, deputado Irineu Colombo, associando-se à maioria, queremos informar, senhor presidente, senhores deputados, entre alguns projetos que estão em tramitação nesta Casa, um deles trata de uma isenção do ICMS para aquisição de veículos para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, ou seja, dos que incorporam a atividade dessa corporação.

Veja, por exemplo, deputado Hermas Brandão, que viaja muito na região do norte pioneiro, V. Exa. deve lembrar que quase todas as viagens que fazemos no interior encontramos soldado de Polícia fardado, com revólver na cinta, estendendo a mão, pedindo carona para poder se locomover, por exemplo, de Figueira para Ibaiti, de Ibaiti para Santo Antonio da Platina, a exemplo também de Ponta Grossa, quando sábado e domingo ali passamos, Ventania também, geralmente tem soldado da Polícia Militar ali estendendo a mão pedindo uma carona para quem passa. Tenho dado essa carona para os elementos da Polícia Militar e Polícia Civil, mas muitas vezes eles

estendem a mão até mesmo para pessoas não qualificadas para poder conviver com o representante dessa autoridade.

Por isso que faço um apelo aqui, esse projeto é um deles, são mais de dez projetos que estão na Casa há tempo, parados, todos voltados para o fortalecimento do municipalismo e principalmente do funcionário público.

Por isso que eu gostaria de pedir à Bancada da Oposição que ficasse aqui e que desse guarida a este meu requerimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu só quero comunicar que houve um encaminhamento errôneo por parte da Comissão de Orçamento na convocação da reunião de amanhã, dizendo que era depois da Sessão Plenária.

Então, queria comunicar aos deputados Hermes Fonseca, Nereu Moura, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Durval Amaral, Sérgio Spada, que são membros da Comissão, que a reunião será amanhã, às 10 horas da manhã, na sala da Comissão de Orçamento.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, para discutir o requerimento do deputado Cartário. Ele explicou o Projeto 80/2001. É isto?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo que o requerimento do deputado Geraldo Cartário foi recebido só hoje, não será colocado em votação. Será regimentalmente votado amanhã, na hora da Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN

Na outra Sessão. Mas não tem nada que transforme em Comissão Geral hoje?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É depois de uma Extraordinária, não é nessa Sessão que será votado, por apresentar uma Sessão extraordinária; é no final da Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, aproveitando essa palavra...

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Então, esse requerimento do deputado Cartário vai ser votado na Sessão de amanhã, e o requerimento do deputado Durval Amaral vai ser votado na Sessão Extraordinária? Então tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4276, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, com apoio do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Então, a Sessão de quinta-feira iniciará às 9h da manhã.

Requerimento nº 4263, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4262, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4268 e 4269, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4270 a 4273, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4277, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4279 e 4284, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4280 e 4281, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4282, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4285, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4286, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi, com apoio dos senhores deputados Eli Ghellere, Antonio Anibelli e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4288, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4293 a 4295, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4278, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento de urgência não tem discussão, é só votação.

Regime de urgência para o Projeto de Lei nº 560/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que dispõe sobre autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH, de Salto Natal, no município de Campo Mourão - PR.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Pois bem, senhor presidente, eu queria pedir a palavra, pela ordem, para dizer ao senhor presidente e ao deputado Nelson Tureck, aproveitando essa oportunidade para convocar os membros da Comissão de Meio Ambiente, para que logo após essa Sessão Extraordinária, possamos nos reunir na sala das Comissões, para analisarmos e darmos o parecer em várias iniciativas como estas, conforme já conversamos com o senhor, presidente. Só enfatizo mais uma vez a necessidade de os membros da Comissão em reunir-se logo após a Sessão Extraordinária.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Encaminho contrário ao regime de urgência do projeto de lei do deputado Tureck, com todo respeito à sua proposta, mas veja bem, nós temos outros itens da pauta do dia de hoje que têm o mesmo objetivo e não estão em regime de urgência!

Então, quero encaminhar contrário ao regime de urgência e pedir ao deputado Tureck que retire o regime de urgência e vamos avaliar aqui na Casa, com toda tranquilidade, preenchendo os requisitos, e teremos o maior prazer em aprovar o projeto de lei da sua lavra, deputado Tureck.

Por isso, faço um apelo a V. Exa. que retire o requerimento senão nós iremos votar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito deputados. **Está aprovado o requerimento.**

O SR. NEIVO BERARDIN

Para justificar o voto.

Senhor presidente, eu devo neste momento, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, justificar o meu voto e digo porquê.

Eu ainda não tenho opinião formada sobre a questão do projeto recém-votado, mas sei que, seguramente, esse é um projeto que deve passar pela CMA. Como já havia acordado que teremos uma Sessão Extraordinária da CMA para discutir esse assunto.

Me estranha a solicitação de regime de urgência, sobretudo por um aspecto. O que é que os deputados têm em mãos como comprovante do estudo de impacto ambiental, como comprovante de que deram um voto consciente?

Não conheço o impacto ambiental dessa pequena hidrelétrica!

Vamos imaginar que tem um impacto ambiental muito grande na região. Cadê o estudo dos técnicos do IAP para aprovar uma PCH sem ouvirmos ninguém?

No mínimo, a CMA tem que se reunir, discutir, porque não é possível que se encaminhe um projeto da noite para o dia e extraordinariamente vamos discutir, a pedido do deputado Valdir Rossoni algumas hidrelétricas. Não temos os argumentos e a opinião técnica dos técnicos. Temos que mudar o artigo 209 da Constituição do Estado, porque a Assembléia recebe um projeto dessa envergadura e tem que votar. A Assembléia votando, é um item da Constituição, artigo 209, dá toda autorização para que o órgão ambiental dê a concessão e faça o estudo de impacto ambiental, quanto de terra será alagada, ver se não vai prejudicar nenhuma cachoeira.

Esse assunto merece desta Casa maior atenção.

Falei há pouco com o pessoal do IAP e...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo um minuto. É matéria vencida. Quando formos votar a pauta das Sessões, V. Exa. terá oportunidade de encaminhar, discutir.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas tenho o direito de justificar o meu voto!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É matéria vencida.

Artigo 61 das Disposições Gerais.

O SR. NEIVO BERARDIN

Vou concluir. Esta semana veio uma pessoa de Guarapuava. Queria um projeto de lei para aprovar uma hidrelétrica.

Encaminhei ao deputado Silvestri, porque ele conhece a região e tem contato com o diretor do IAP da região, que tem um conhecimento.

Eu queria chamar a atenção sobre esse aspecto, porque muitas vezes se vota sem saber o que está se votando e é um assunto importante que tem que ser trazido ao Plenário para que se tenha consciência do que é a votação de algumas hidrelétricas, que estamos votando sem saber.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a intervenção de V. Exa., profundo conhecedor do assunto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Para justificar o meu voto.

Artigo 61 das Disposições Gerais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só por escrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 036, 242, 287, 337, 448, 478, 591, 569, 605, 607 e 616/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 435/2000, 087, 289, 505, 623 e 630/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 030, 098/2000, 533, 536, 572, 574, 590, 603, 606, 620, 628, 637, 638 e 626/2001.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão.